

Temas Económicos

Número 21

Dezembro 2013

Formação Contínua nas empresas em 2010 e 2011

Anabela Antunes

Paulo Dias

Elisabete Nobre Pereira

Ricardo Pinheiro Alves

Cristina Saraiva

Índice

Sumário executivo

Introdução.....	2
I – Formação Contínua nas Empresas	7
II – Recursos Humanos que frequentaram Formação Contínua	12
III – Caracterização da Formação Contínua.....	18
Considerações finais	
Anexos	27
1 – Enquadramento legal	27
2 – Nota metodológica: Relatório Único	28
3 – Nota metodológica: Vale a pena investir em formação profissional?	32
4 – Quadros estatísticos	37

Sumário Executivo

A formação que conduz ao aumento da qualificação dos trabalhadores tem efeitos na produtividade, na competitividade e no padrão de especialização produtiva das empresas, com consequências ao nível da eficácia e da eficiência no tecido económico português. A formação é também importante do ponto de vista dos trabalhadores, surgindo associada a melhores condições remuneratórias e perspectivas de emprego. Consequentemente, tem, em ambos os casos, um significativo efeito positivo no bem estar da sociedade.

A formação é particularmente importante no contexto da economia portuguesa, em que as empresas necessitam de ganhar capacidade para serem mais competitivas nos mercados externos. Portugal apresenta uma das produtividades por hora trabalhada mais baixas da zona Euro, correspondente a 64% da média da UE27 em 2012.

A informação apresentada no presente relatório caracteriza a formação profissional proporcionada pelo tecido empresarial português em 2010 e 2011 e visa sensibilizar os vários agentes económicos para a importância do investimento em formação.

Os dados mostram que apenas 17% (cerca de 50 mil) das empresas nacionais realizaram formação contínua em 2010 e em 2011, indiciando a necessidade de reforçar a aposta nas qualificações dos trabalhadores portugueses.

Entre as empresas que proporcionam formação aos seus trabalhadores, as que realizam uma maior aposta apresentam um superior desempenho económico, medido pelo volume de vendas, o que parece confirmar os efeitos positivos da aposta na qualificação.

Entre estas, as empresas de grande dimensão são as que realizaram mais formação em 2010 e 2011 (93% do total) e as microempresas as que proporcionaram menos formação aos seus empregados (só 13%), indiciando que a dimensão pode ser relevante para gerir os custos que lhe estão associados.

A formação realizada abrangeu cerca de 1 milhão de trabalhadores em 2011 – 35% dos trabalhadores por conta de outrem no sector privado – e concretizou-se num total de 2,4 milhões de frequências. Em média, 62% dos trabalhadores em grandes empresas, mas apenas 10,5% dos que trabalham em microempresas, realizaram 35 horas de formação em 2011.

A presença em ações de formação aumentou entre 2010 e 2011 em todas os níveis de qualificação, em todos os níveis etários e em ambos os sexos, não havendo diferença significativa por género. Os trabalhadores com maior educação foram os que tiveram mais acesso a formação e os de menor nível educacional os que tiveram acesso a menos, o que poderá estar associado ao prémio salarial que beneficia os licenciados no mercado de trabalho português e pode indiciar que a formação é também utilizada como forma de complementar a remuneração destes trabalhadores.

A formação realizada foi, em grande parte, da iniciativa das empresas (84% do total em 2011) e desenvolvida na própria empresa (cerca de 63% do total das ações). Os encargos globais com formação totalizaram 282 milhões de euros em 2011, menos 16% do que o verificado em 2010 (336 M€), sendo 89% da responsabilidade da entidade empregadora e o restante (31 M€) financiado por outras entidades. Esta redução no investimento poderá estar associada a expectativas menos otimistas relativamente à evolução da economia em 2011.

Em termos sectoriais, entre 2010 e 2011 houve crescimento dos participantes em formação em todos os sectores, exceto na construção onde houve uma redução de 11%, o que é compreensível dada a evolução

verificada na atividade do sector. Os serviços financeiros e atividades comerciais são aquelas onde se verifica maior formação (abrangeu 26% das empresas e 43,7% dos trabalhadores em 2011). Na indústria, 20% das empresas (7.500) realizaram formação em 2011 (18,8% em 2010), em que participaram 35% dos trabalhadores (33,8% em 2010). No sector primário, apenas 9% das empresas declararam ter realizado formação.

Introdução

A formação que conduz ao aumento da qualificação dos trabalhadores tem efeitos na produtividade, na competitividade e no padrão de especialização produtiva das empresas, com consequências ao nível da eficácia e da eficiência no tecido económico português, e consequentemente, no bem estar da sociedade.

A formação é também importante do ponto de vista dos trabalhadores, surgindo associada a melhores condições remuneratórias e perspectivas de emprego. O acesso a mais formação pode contribuir para que os trabalhadores com menores qualificações melhorem os seus salários, reduzindo a desigualdade salarial, e no caso da formação vocacional, para facilitar a transição escola-emprego (OCDE, 2009).

É vasta a literatura que o comprova. Becker (1965) apresenta a formação como um investimento em capital humano, de que resulta um aumento no rendimento e na probabilidade de emprego para os indivíduos, e, se houver estabilidade no emprego, retorno para as empresas.

Este efeito positivo do investimento em formação é confirmado empiricamente em muitos trabalhos. Para Portugal, Budría (2004) e Carneiro e Almeida (2008) mostram que a formação contribui para o aumento da produtividade do trabalho, sendo este resultado maior quando a formação é aplicada ao trabalho realizado e não de carácter generalista.

A formação é particularmente importante no contexto da economia portuguesa, em que as empresas necessitam de ganhar competitividade para melhor se afirmarem nos mercados externos. Portugal apresenta uma das produtividades por hora trabalhada mais baixas da zona Euro, correspondente a 64% da média da UE27 em 2012.

O presente relatório visa caracterizar a formação profissional proporcionada pelo tecido empresarial português e contribuir para a participação dos vários atores económicos no debate público sobre a importância do seu reforço.

A informação disponibilizada neste relatório mostra que apenas 17% (cerca de 50 mil) das empresas nacionais realizaram formação contínua em 2010 e em 2011. Mas são as empresas que proporcionam mais formação aos seus trabalhadores que apresentam um superior desempenho económico.

Por formação contínua entende-se as ações que visam “promover o desenvolvimento e a adequação da qualificação do trabalhador, tendo em vista melhorar a sua empregabilidade e aumentar a produtividade e competitividade da empresa¹”. Deste modo, promove-se o desenvolvimento de competências técnicas e sociais dos trabalhadores através de ações de reciclagem, atualização ou aperfeiçoamento.

A formação profissional contínua pode por isso ser encarada como uma modalidade de formação impulsionadora de crescimento de uma organização na medida em que promove a adequabilidade das competências dos trabalhadores às necessidades do tecido económico e, por outro lado, impulsiona o desenvolvimento pessoal e social de cada pessoa.

O Código do Trabalho (Lei nº7/2009 de 12 de Fevereiro) prevê que os trabalhadores tenham, em média, um mínimo de trinta e cinco horas de formação contínua anuais (nº2 do Artigo 131º). A lei (artigo 32º do Código do Trabalho) prevê também que as empresas deverão prestar informação referente à frequência de formação profissional pelos seus trabalhadores.

¹ Alínea a) e b) nº1 do artigo 131.º do Código do Trabalho (Lei nº7/2009 de 12 de Fevereiro).

A caracterização da formação em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira, agora apresentada, baseia-se na informação prestada pelas empresas através do preenchimento do Relatório Único para os anos de 2010 (quando foi disponibilizada pela primeira vez) e de 2011 (dados preliminares)².

O presente relatório caracteriza a formação contínua em Portugal em três partes distintas:

- A formação contínua nas empresas portuguesas;
- Recursos humanos abrangidos por formação contínua;
- Caracterização da formação realizada em 2010 e 2011.

O relatório conclui com considerações finais sobre os resultados apresentados e inclui ainda, em anexo, o enquadramento legal da formação contínua promovida pelas empresas e do Relatório Único (RU), notas metodológicas sobre o trabalho empírico realizado e quadros estatísticos.

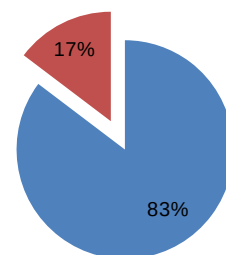
² Realizado em 2011 e 2012 com período de referência aos anos de 2010 e 2011.

I – Formação Contínua nas Empresas

A informação recolhida através do Relatório Único indica que em 2011 o tecido empresarial nacional era constituído por 299 205 empresas³, das quais cerca de 17% (51 561) realizou atividades de formação. Esta percentagem é semelhante à verificada nos dados de 2010 e inidicia a necessidade de reforçar a aposta na qualificação dos trabalhadores portugueses. Entre os dois anos registou-se um crescimento de 4% no número de empresas que realizaram formação, podendo esta variação estar associada ao aumento do número de entidades que disponibilizaram informação.

Distribuição empresarial em 2011

Estrutura Empresarial	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
Total de Empresas	288 299		299 205		3,8
Empresas c/ formação	49 573	17,2	51 561	17,2	4,0



■ Total Empresas ■ Empresas c/ formação

Por **dimensão das empresas**, verifica-se que quanto menor é a classe dimensional da empresa, maior é o peso das empresas que realizam formação no número total das empresas. As microempresas⁴ foram as que realizaram formação em maior número, cerca de 31 mil (60% do total). No entanto, estas são também as mais numerosas na estrutura empresarial portuguesa.

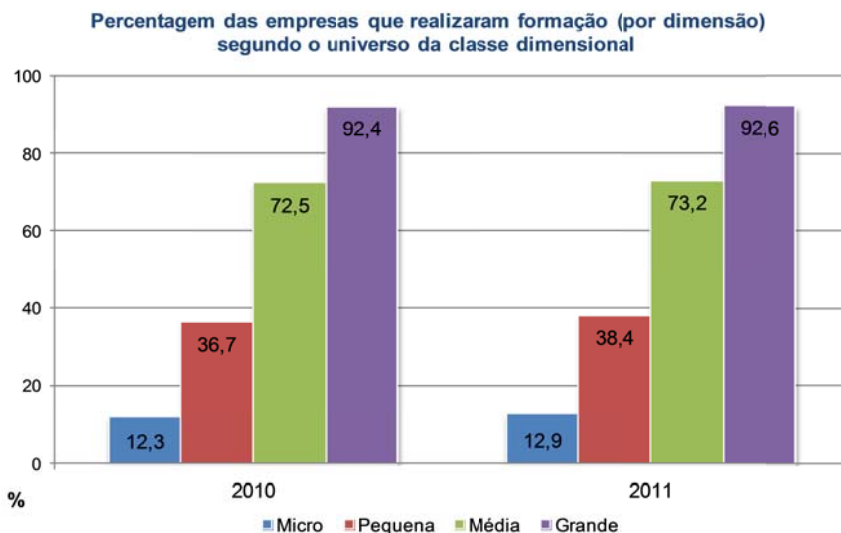
Após o ajustamento para o número de empresas existentes em cada classe dimensional, verifica-se que, em termos proporcionais, **são as grandes⁵ empresas as que realizam mais formação**: em 2011, de um universo de 905 empresas, cerca de 838 empresas (92,6% do total) realizaram atividades de formação (anexo 4, quadro 1). As microempresas são as que proporcionam menos formação: de um universo de 242 994, apenas 31 381 empresas (13%) realizaram em 2011 atividades de formação. Esta diferença parece indicar que a dimensão pode ser relevante na gestão dos custos associados à formação.

Empresas com formação por dimensão									
	Nº de Empresas	Micro (1 a 9)		Pequena (10 a 49)		Média (50 a 249)		Grande (+250)	
	Total	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2010	49 573	29 833	60,2	13 971	28,2	4 348	8,8	801	1,6
2011	51 561	31 381	60,9	14 306	27,7	4 420	8,6	838	1,6
Tx. 2010-2011	4,0		5,2		2,4		1,7		4,6

³ Portugal Continental e Região Autónoma da Madeira.

⁴ De 1 a 9 trabalhadores.

⁵ Mais de 250 trabalhadores.



No que se refere à informação por **atividade económica**, verifica-se:

- Comércio, Alojamento e Restauração, Transportes e Comunicação foi o agregado de sectores onde, em 2011, houve maior número de empresas a proporcionar formação aos seus empregados, 19 955 no total das 51 561 (38,7%).
- O número de empresas cresceu 6,7% entre os dois anos;
- Atividades Primárias⁶ e Construção foram os sectores com menor número de empresas, tendo registado, respetivamente, 2,2% (1 113 empresas) e 9,9% (5 105 empresas) da formação realizada em 2011;
- Entre 2010 e 2011, cresceu o número de empresas inseridas nas “atividades primárias” que realizaram formação (33,9%);
- No sector de Construção o número decresceu 7,1%, o que é compreensível dada a evolução recente deste sector;
- Os sectores de natureza transacionável (Agricultura e Indústria) verificaram um aumento do número de empresas com formação de 4,7% entre 2010 e 2011, representando 16,8% do total;

Empresas com formação por atividade económica (secção CAE)	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
Total de empresas com formação	49 573	100,0	51 561	100,0	4,0
Actividades Primárias (A)	831	1,7	1 113	2,2	33,9
Indústria (B, C, D, E)	7 397	14,9	7 504	14,6	1,4
Construção (F)	5 493	11,1	5 105	9,9	-7,1
Comércio; alojamento e restauração; transportes e comunicação (G, H, I, J)	18 695	37,7	19 955	38,7	6,7
Serviços financeiros e actividades comerciais (K, L, M, N)	9 857	19,9	10 168	19,7	3,2
Outros serviços (O, P, Q, R, S, T, U)	6 747	13,6	7 533	14,6	11,6

⁶ Agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas.

Vale a pena investir em formação profissional?

Existe alguma associação entre o nível de formação profissional proporcionada pelas empresas e o seu desempenho económico? Esta questão foi analisada com base na informação disponível sobre formação profissional contínua realizada em 2010 e os dados necessários à medição do desempenho económico das empresas em 2011.

Os resultados obtidos indicam que vale a pena investir em formação profissional. **Os encargos de formação profissional, o número de trabalhadores abrangidos por ações de formação estão associados positivamente à performance económica das empresas.** Esta relação subsiste mesmo retirando o efeito das características intrínsecas a cada empresa, ao nível da sua dimensão e do sector económico em que exerce a sua atividade (ver resultados detalhados no Anexo 3).

Por exemplo, o aumento dos encargos globais em 100 euros ou do número de formandos em 10 unidades está associado ao aumento do volume de negócios das empresas de cerca de 0,3%. Já o volume de horas de formação por formando apresenta uma relação inversa com o desempenho económico, indicando que formar mais formandos pode influenciar positivamente o desempenho das empresas. Note-se que a duração média das ações de formação por formando nos dois anos é de 36 horas.

Refira-se, no entanto, que estas conclusões devem ser interpretadas com cuidado já que os dados cobrem apenas um ano. As empresas que registam melhor performance económica podem ser aquelas que estão mais dispostas a investir em formação, podendo os resultados da sua atividade em anos anteriores a 2010 ajudar a explicar o nível de formação. A disponibilização de informação relativa a mais anos e o aprofundamento deste trabalho permitirão o robustecimento desta análise.

O peso das empresas que realizaram formação em 2011 no total das empresas de cada sector varia entre os 9%, nas Atividades Primárias, e os 25%, nos Serviços financeiros e atividades comerciais⁷ (anexo 4, quadro 2):

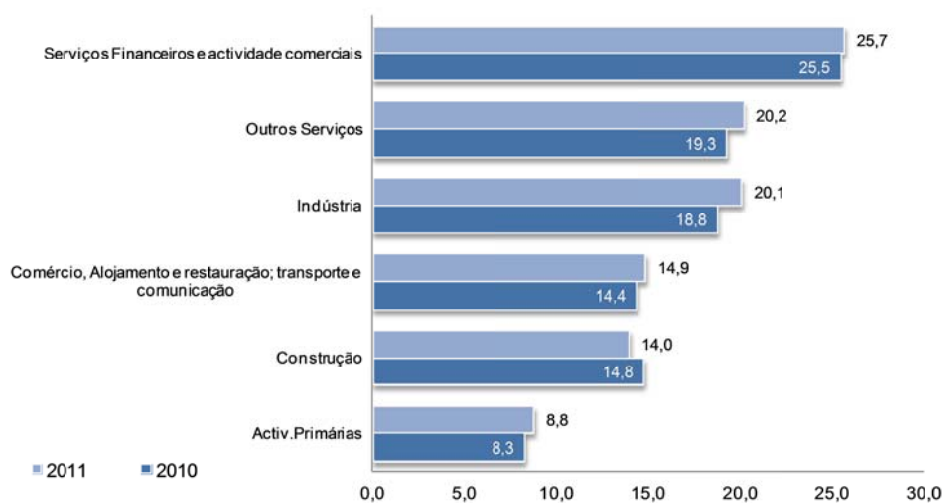
- Nas atividades de “serviços financeiros e atividades comerciais”, 10 168 das 39 594 empresas existentes realizaram formação;
- Cerca de 20% (7 504) das empresas da “indústria⁸” realizaram atividades de formação, no universo de 37 424 empresas;
- Nas atividades económicas desenvolvidas nos “Outros serviços⁹” cerca de 20% (7 533) das empresas proporcionou atividades de formação;
- No Comércio, Alojamento e Restauração, Transportes e Comunicação, o número de empresas com formação em 2011 representa cerca de 15% do total (19 955 das 134 274 empresas);
- O peso da formação no total das empresas das Atividades Primárias foi cerca de 9% num universo de 12 631);
- O peso nas empresas de construção foi de 14%.num universo de 36 447.

⁷ Atividades financeiras e de seguros, imobiliárias, de consultoria, científicas e similares e administrativas e dos serviços de apoio.

⁸ Engloba a indústria extrativa e transformadora; a eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; e captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição.

⁹ Ad. Pública e defesa; segurança social obrigatória; Educação; Atividades de saúde humana e apoio social; Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; Outras atividades de serviços; Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio; Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

Percentagem das empresas que realizaram formação (por atividades económicas) considerando o universo de cada atividade



Para o ano de 2010 e 2011 **a estrutura empresarial e as atividades económicas** das empresas que realizaram formação, demonstra que (anexo 4, quadro 3):

- Nas microempresas, a formação ocorreu maioritariamente nas atividades do “comércio, alojamento e restauração; transporte e comunicação” e “serviços financeiros e atividades comerciais”, respetivamente com 41,3% e 24,4% (2011);
- Nas pequenas e médias empresas, a maior incidência da formação foi, igualmente, no “comércio, alojamento e restauração; transporte e comunicação” (37,4% e 27,9% respetivamente, em 2011) e na “indústria” (21,4% e 33,3% respetivamente);
- Nas grandes empresas, a realização da formação incidiu na “indústria”, “comércio, alojamento e restauração; transporte e comunicação” e nos “serviços financeiros e atividades comerciais”, respetivamente com 31,0%, 27,9% e 20% em 2011.

Territorialmente as empresas que realizaram formação (2010 e 2011) localizam-se maioritariamente nas **regiões** Centro, Norte e Lisboa, representando cerca de 86,4% da formação realizada no ano de 2011.

Empresas com formação por região	2010		2011	
	n.º	%	n.º	%
Total de empresas com formação	49 573	100,0	47 028	99,6
Norte	14 294	28,8	13 565	28,8
Centro	14 488	29,2	13 938	29,6
Lisboa	13 588	27,4	13 159	28,0
Alentejo	3 088	6,2	3 112	6,6
Algarve	2 778	5,6	2 415	5,1
R. A. Madeira	772	1,6	663	1,4

Em termos do peso das empresas que desenvolvem formação tendo em consideração os universos regionais (2011) conclui-se que (anexo 4, quadro 4):

- É na região Centro, que existe o maior peso de formação: 20% (13 938 das 68 158 empresas realizam formação);
- Na região Autónoma da Madeira e do Norte ocorre o menor peso de empresas a realizar formação, respetivamente 10% e 12%;
- Na região de Lisboa perto de 18% das empresas (13 159) realiza formação;
- Na região do Alentejo e Algarve cerca de 14% das empresas (respetivamente 3 112 e 2 415 empresas) proporcionam formação.

Formação contínua no QREN 2007-2013

No âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN), nomeadamente no *Programa Operacional Potencial Humano*, o **Eixo 3 – Gestão e Aperfeiçoamento Profissional** “*integra no seu conjunto, as intervenções que respondem essencialmente aos objetivos de apoiar a estrutura produtiva portuguesa, seja através do desenvolvimento de planos de ação dirigidos às PME e entidades da economia social, reforçando as atividades de maior valor acrescentado e os níveis de produtividade globais e a apoiando a reforma da Administração Pública, impondo uma maior valorização da formação profissional enquanto elemento de suporte à qualificação das práticas de gestão e da mudança organizacional*”.

Neste sentido, destacam-se as tipologias: (i) *Formação-ação para PME*¹⁰ (onde se insere a “*formação para empresários*”¹¹); (ii) *Formação para a inovação e gestão*¹² e (iii) *Formação-ação para as entidades da economia social*¹³.

A tipologia **Formação-Ação para PME**, apoia as empresas através de ações de consultoria ou formação profissional: 5 351 empresas foram apoiadas em 2011 e 7 026 em 2010. As micro empresas constituíram a maioria das destinatárias destas intervenções (51% e 61%, respetivamente, em 2010 e 2011), seguindo-se-lhes as pequenas empresas (41% e 34%, em 2010 e 2011, respetivamente).

Na Iniciativa “**Formação para Empresários**”, em 2010, a dimensão formativa abrangeu 1 550 pessoas e 771 empresas, em 2011, foram abrangidas 9 956 pessoas num total de 3 576 empresas.

Na tipologia **Formação para a Inovação e Gestão**, em 2010, foram abrangidos 166 150 ativos (prevalência do sexo masculino: 64,24% e dos grupos etários dos 25 e os 34 anos: 35,54% e do 35 aos 44 anos: 30,26%). Em 2011, em ações de formação aprovadas, foram abrangidos 167 634 formandos, mantendo-se a preponderância do sexo masculino (63,69%) e a estrutura etária do ano transato.

A tipologia **Formação-ação para Entidades da Economia Social**, no ano de 2010, abrangeu 827 entidades da economia social (com a maior representatividade a corresponder à região Centro: 37,5%) e 39 752 formandos abrangidos em projetos de formação-ação (predominantemente do sexo feminino: 81,57%). Em 2011, foram abrangidas 488 entidades e 25 888 formandos, mantendo-se o padrão de 2010: representatividade da região Centro (37,5%) e preponderância do sexo feminino nas ações formativas (82,57%).

¹⁰ (TI 3.1.1; 8.3.1.2). Objetivo: “melhoria dos processos de gestão das empresas e reforço das competências dos dirigentes, quadros e trabalhadores”.

¹¹ Objetivo: “reforçar as estratégias de melhoria das qualificações dos empresários, considerando a forte ligação entre as competências do empregador/empresário e a promoção da inovação de produtos e processos”. (Portaria 183/2010, de 29 de Março).

¹² (TI 3.2; 8.3.2; 9.3.2). Objetivo: “endogeneizar competências necessárias às trajetórias de modernização gizadas para alavancar a competitividade das empresas”.

¹³ (TI 3.1.2; 8.3.1.2). Objetivo: “desenvolver as competências dos colaboradores e das organizações do terceiro sector, melhorando a qualidade das suas prestações e eficácia da sua gestão, contribuindo assim para a sua competitividade e sustentabilidade”.

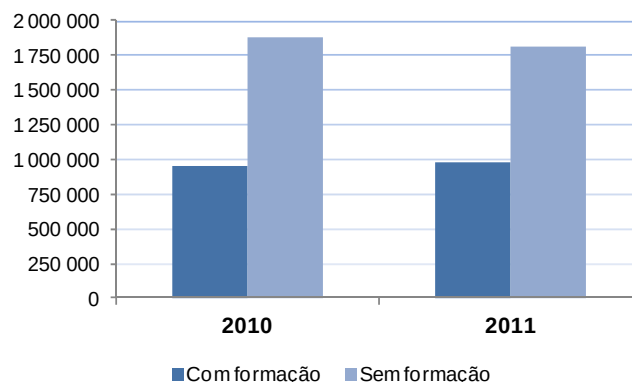
II – Recursos Humanos que frequentaram Formação Contínua

Em 2010 e 2011, o número de trabalhadores participantes em atividades de formação atingiu perto de **um milhão de pessoas**, tendo passado de 958 343 para 981 193 pessoas ao serviço – mais 22 850 indivíduos.

Apesar da diminuição do número total de pessoas ao serviço no período (-1,5%), registou-se um crescimento do número de trabalhadores abrangidos por formação, o qual passou de 33,7%, em 2010, para 35,1%, em 2011, um acréscimo de 1,3 pp.

Dos trabalhadores que frequentaram formação, apenas 33,4% frequentou **35 e mais horas de formação** em 2011, um valor que desceu ligeiramente em relação ao ano anterior (-0,8%). Ao invés, registou-se um aumento significativo dos que frequentaram menos de 35 horas de formação em 2011: mais de 25 mil trabalhadores em relação ao ano anterior (+4,1%).

Pessoas ao serviço por frequência de formação

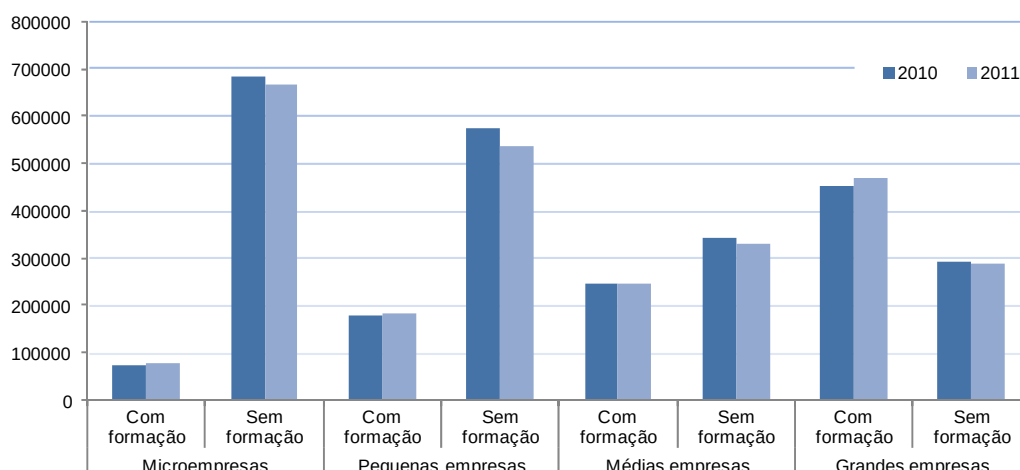


Em termos de **dimensão da empresa**, a generalidade dos participantes em formação provém das grandes empresas (47,8% em 2011), seguida pelas médias empresas (25,0%). Das microempresas, apenas se registaram cerca de 7,9% participantes em formação no ano de 2011; no entanto, foi nesta classe dimensional que ocorreu a maior taxa de crescimento (8%). No período em apreço, apenas se registou um ligeiro decréscimo no número de participações nas médias empresas.

Participantes em formação por dimensão da empresa	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
1-9 pessoas	72 179	7,5	77 939	7,9	8,0
10-49 pessoas	177 680	18,5	182 895	18,6	2,9
50-249 pessoas	246 220	25,7	245 191	25,0	-0,4
250 ou mais pessoas	453 726	47,3	469 213	47,8	3,4
Desconhecida	8 538	0,9	5 955	0,6	-30,3
Total	958 343	100,0	981 193	100,0	2,4

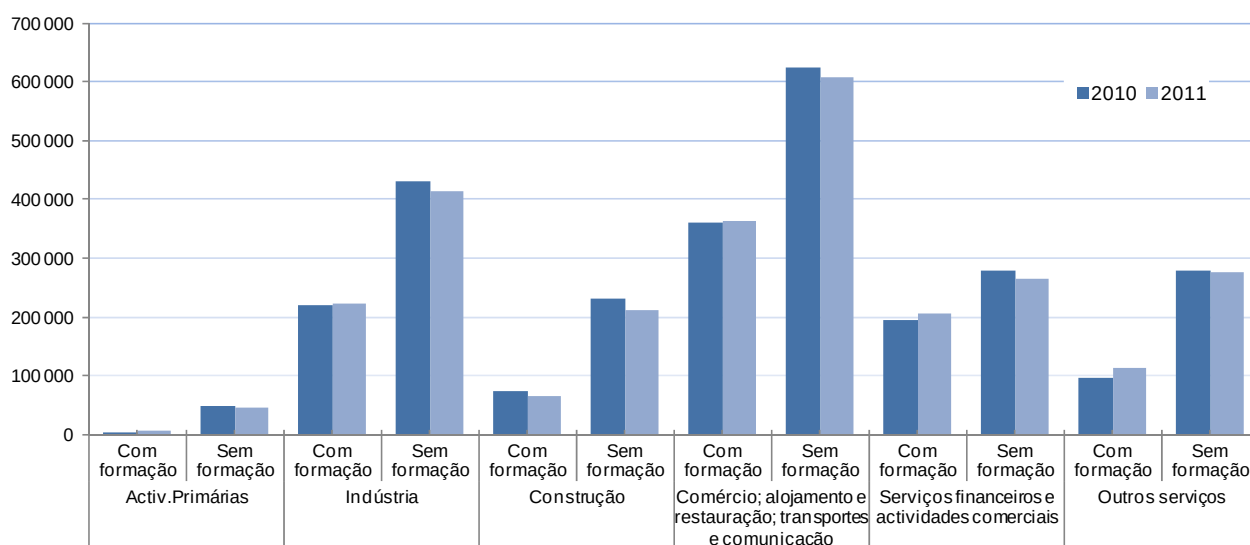
Face ao universo das pessoas ao serviço, cerca de 62% dos trabalhadores das grandes empresas frequentou formação em 2011 (60,7% em 2010), sendo que essa proporção diminui em função da própria diminuição da dimensão da empresa: 42,5% para as médias empresas, 25,4% para as pequenas empresas e 10,5% para as microempresas.

Pessoas ao serviço por dimensão da empresa e frequência de formação



As **atividades económicas** onde se registou uma maior frequência de formação foram o “*comércio, alojamento e restauração; transporte e comunicação*” (36,9% em 2011), as “*indústrias*” (22,8%) e os “*serviços financeiros e atividades comerciais*” (21,1%).

Pessoas ao serviço por atividade económica (CAE) e frequência de formação



Durante o período em apreço, assistiu-se a um crescimento do número de participantes em praticamente todas as atividades económicas, com especial relevo para os “*outros serviços*”, com perto de 17 mil participantes, e as “*atividades primárias*” (43,6%). O único sector que registou um decréscimo de participantes foi a “*construção*” (-11,4%).

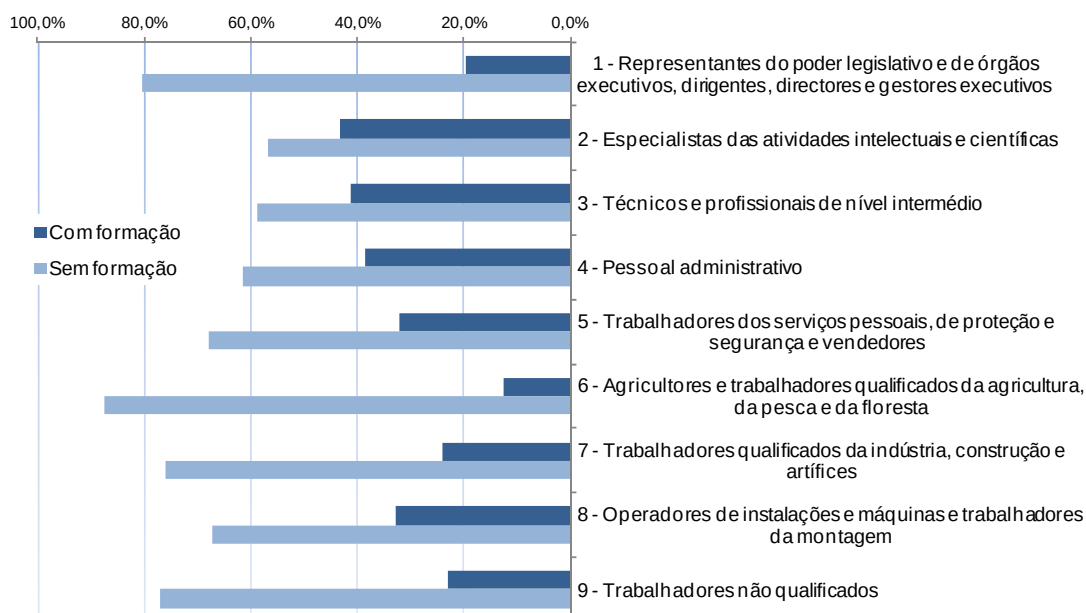
Porém, a maior proporção de trabalhadores abrangidos em formação foi observada nos “*serviços financeiros e atividades comerciais*”, com 43,7% das pessoas ao serviço a frequentar formação contínua em 2011 (41,2% em 2010). Seguiram-se-lhe o “*comércio, alojamento e restauração; transporte e comunicação*” (37,4% em 2011) e as “*indústrias*” (35,1% em 2011).

Em 2011, **os profissionais** que mais frequentaram formação foram os “trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores”, com cerca de 20%, o “pessoal administrativo”, com 15,5%, e os “especialistas das atividades intelectuais e científicas”, com 13,3%.

Participantes em formação por profissão (CPP)	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
1 - Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos	50 911	6,1	52 235	6,0	2,6
2 - Especialistas das atividades intelectuais e científicas	111 086	13,3	116 249	13,3	4,6
3 - Técnicos e profissionais de nível intermédio	110 435	13,2	110 610	12,7	0,2
4 - Pessoal administrativo	119 632	14,3	134 782	15,5	12,7
5 - Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	174 001	20,8	176 307	20,2	1,3
6 - Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	3 597	0,4	3 877	0,4	7,8
7 - Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	103 081	12,3	102 577	11,8	-0,5
8 - Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	90 684	10,8	94 545	10,8	4,3
9 - Trabalhadores não qualificados	73 550	8,8	80 904	9,3	10,0
Total	836 977	100,0	872 086	100,0	4,2
Desconhecido	121 366		109 107		

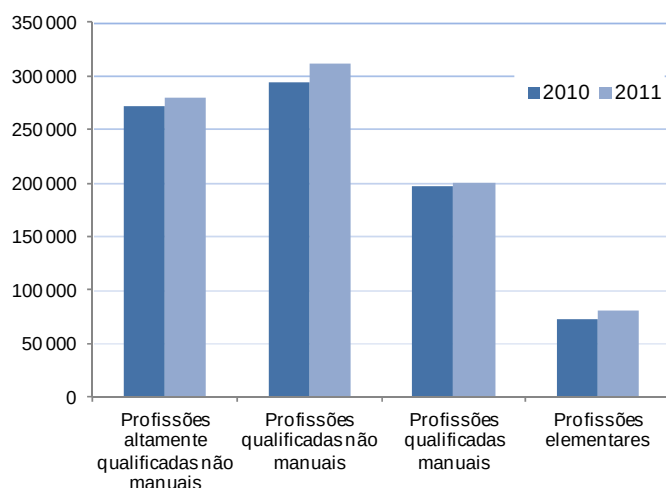
Os grupos profissionais com menos participantes foram os “agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta” (0,4%), os “representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos” (6%) e os “trabalhadores não qualificados” (9,3%). O único grupo que registou uma diminuição de participantes no período foi o dos “trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”.

Pessoas ao serviço por profissão (CPP) e frequência de formação em 2011



No contexto geral, a maior adesão à formação foi registada no grupo dos “*especialistas das atividades intelectuais e científicas*”, onde 43,2% dos trabalhadores frequentou formação em 2011 (+1,7 pp. em relação a 2010); seguiu-se-lhes os “*técnicos e profissionais de nível intermédio*” (41,3%) e o “*pessoal administrativo*” (38,6%).

Participantes em formação por grupo de profissão



participantes (9,3%).

Recorrendo à metodologia de classificação dos grupos profissionais do CEDEFOP¹⁴, observa-se:

- O grupo das “*profissões qualificadas não manuais*” deteve o maior número de participantes (35,7%);
- Seguiu-se-lhe o grupo das “*profissões altamente qualificadas não manuais*” (32%);
- O grupo das “*profissões qualificadas manuais*” abrangeu 23% dos participantes em formação;
- Finalmente, o grupo das “*profissões elementares*” abrangeu o menor número de

Formação e empregabilidade

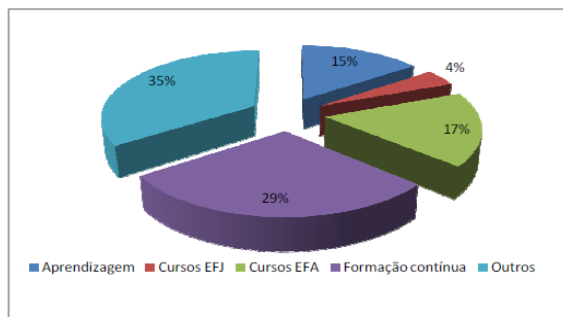
O *Estudo de Avaliação das Políticas Ativas de Emprego* (Costa Dias e Varejão, 2012) analisou o conjunto das medidas de formação implementadas em Portugal nos últimos 12 anos (Aprendizagem, Cursos Educação e Formação de Jovens, Cursos de Educação e Formação de Adultos, Formação Contínua e Outros).

O estudo refere que, no período de 2000 a 2011, “os cursos de formação contínua são, por si só, responsáveis por 29% do total de participações” em ações de formação, tendo concluído que a formação contínua e modular produziu efeitos positivos sobre a probabilidade de emprego dos participantes no período após o início da participação. Os resultados indicam ainda que a Formação Contínua possibilita uma maior adequabilidade das competências dos trabalhadores às necessidades das empresas.

Em termos de despesa pública a formação contínua foi a modalidade de formação, que naquele período, representou o menor investimento, cerca de 3%.

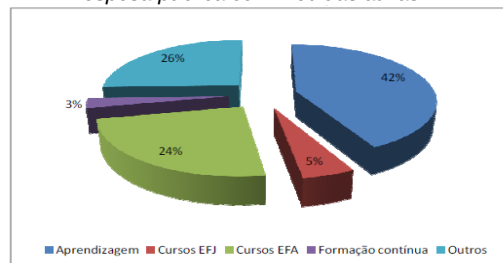
Medidas de formação (2000-2011*)

Participações em medidas ativas



* valores até agosto.
Exclui Centros de Gestão Participada.
Fonte: IEFP

Despesa pública com medidas ativas



* valores até agosto.
Os valores apresentados referem-se a pagamentos efetuados pelo IEFP, independentemente da origem do financiamento.
Exclui Centros de Gestão Participada.
Fonte: IEFP

¹⁴ O CEDEFOP agrega os grupos de profissões em função das qualificações que serão necessárias para o seu exercício, distinguindo as “*profissões altamente qualificadas não manuais*” (grupos 1, 2 e 3), as “*profissões qualificadas não manuais*” (grupos 4 e 5), as “*profissões qualificadas manuais*” (grupos 6, 7, e 8) e as “*profissões elementares*” (grupo 9).

A maioria dos participantes possuía **habilitações escolares** até ao ensino básico, representando 48,1% do total dos participantes em 2011 (50% em 2010). Os detentores do nível secundário e pós-secundário constituíram 28,4% (27,8% em 2010), enquanto os detentores do nível superior atingiram 23,4% (22,2% em 2010).

Face ao ano anterior, regista-se um crescimento mais acentuado dos participantes mais escolarizados, sobretudo no que se refere aos titulares de escolaridade ao nível superior, com 10,2%.

Contudo, estabelecendo a comparação entre os participantes em formação e as pessoas ao serviço distribuídos por habilitação escolar, observou-se que a uma maior habilitação escolar corresponde uma maior frequência de atividades formativas.

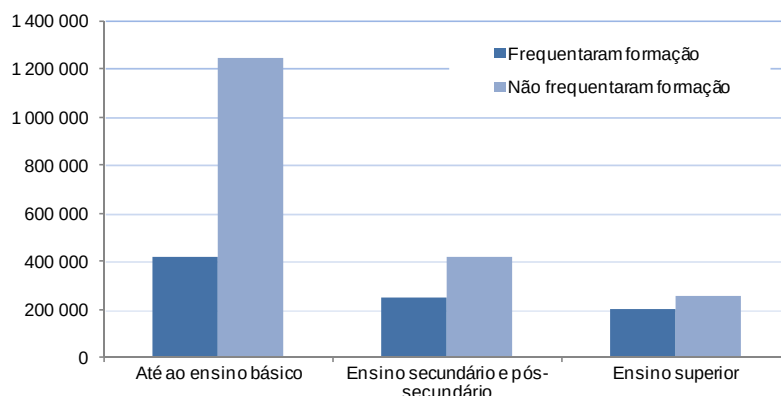
Assim, em 2011, observou-se a seguinte taxa de participação em formação:

- Pessoas ao serviço com até ao ensino básico – 25,2%;
- Pessoas ao serviço com o ensino secundário e pós-secundário – 37,2%;
- Pessoas ao serviço com o ensino superior – 44,2%.

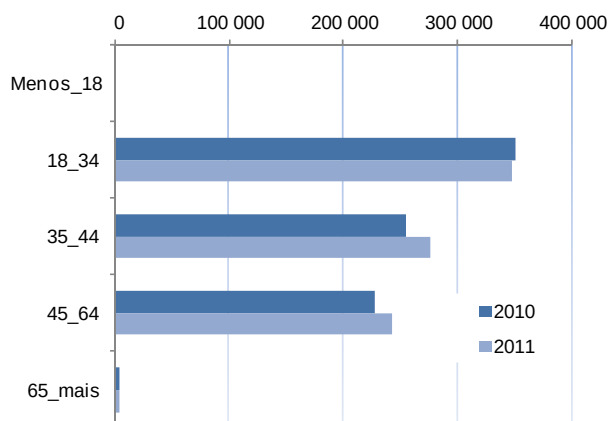
Esta diferenciação poderá estar associada ao prémio salarial que beneficia os licenciados no mercado de trabalho português e pode indiciar que a formação é também utilizada como forma de complementar a remuneração destes trabalhadores.

Entre 2010 e 2011, aumentou a taxa de frequência de formação em todos os grupos habilitacionais, embora mais acentuada para o nível superior (+2,5 pp.) do que para os restantes níveis (ver anexo, quadros 11).

Pessoas ao serviço por habilitação escolar 2011



Participantes em formação por grupo etário



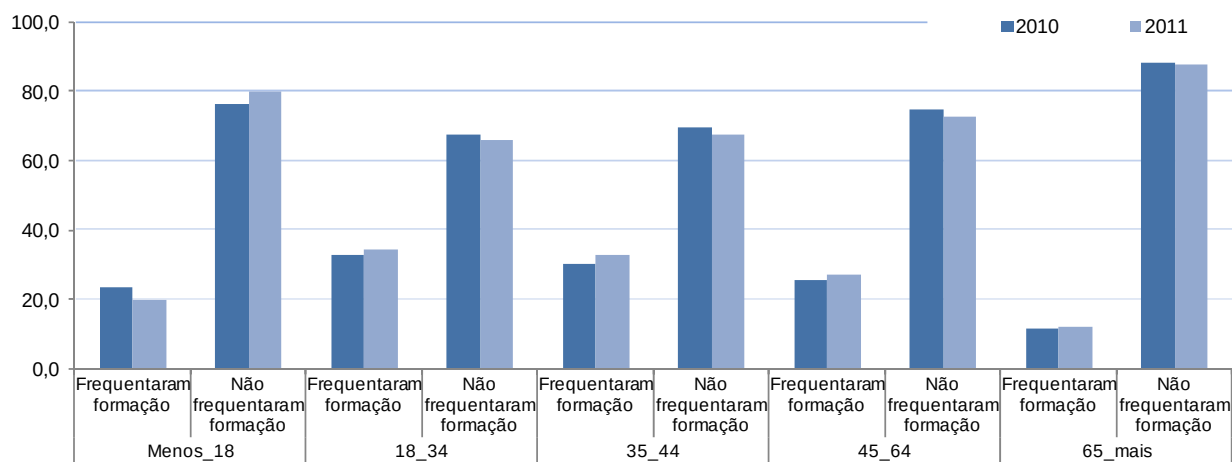
Em 2011, o **grupo etário** dos 18-34 anos foi o mais representado em atividades de formação, constituindo perto de 40% dos participantes.

Todavia, cerca de 60% dos participantes em formação detinha mais de 35 anos, tendo a sua representação aumentado 2,1 pp. no período, enunciando uma tendência de envelhecimento das pessoas ao serviço. Aliás, o grupo etário dos 65 e mais anos foi o que mais cresceu, com uma variação positiva de 15,4% num ano.

Face ao universo das pessoas ao serviço, verificou-se que 34,2% das pessoas ao serviço para o grupo etário 18-34 anos frequentou formação em 2011, seguindo-se o grupo 35-44 anos (32,6%) e o grupo 45-64

anos (27,1%). Com exceção do grupo dos menores de 18 anos, a frequência de formação aumentou em todos os grupos etários.

Pessoas ao serviço por grupo etário e frequência da formação



III – Caracterização da Formação Contínua

Em 2010 e 2011, o **volume global de frequências** de formação profissional atingiu perto de 2,5 milhões, registando um crescimento de 4,8% no período.

Por trabalhador, o **volume médio de formação** registou um crescimento perto dos 8% entre 2010 e 2011, passando de uma média total de 33 horas de formação por participante para 35 horas. Em termos de estrutura empresarial não se registaram grandes discrepâncias nas classes dimensionais; no entanto, as pequenas empresas apresentaram o número médio de horas mais elevado por participante: 38 horas em 2011 e 37 horas em 2010. A evolução no período em apreço foi positiva em todas as empresas, com especial destaque para as grandes empresas, que registaram um crescimento de 16,5% (de 30 para 35 horas/participante).

Volume de formação por estrutura empresarial	N.º horas / participante		Evolução (%)
	2010	2011	
<i>Micro empresa (1 a 9)</i>	33	33	1,1
<i>Pequena empresa (10 a 49)</i>	37	38	3,2
<i>Média empresa (50 a 249)</i>	35	35	0,6
<i>Grande empresa (+250)</i>	30	35	16,5
<i>Nível desconhecido</i>	46	61	
Média Total	33	35	7,9

Sectorialmente, o maior volume de formação ocorreu nas atividades relacionadas com a “indústria” (média de 39 horas / participante em 2011) e nas atividades de “serviços financeiros e atividades comerciais” (média de 37 horas / participante em 2011), com valores superiores à média total (35 horas em 2011). O restante tecido económico apresentou valores inferiores à média total, nomeadamente as “atividades primárias” com uma média de 30 horas por participante. No entanto, em termos evolutivos, foi nas “atividades primárias” e nos “serviços financeiros e atividades comerciais” que o valor médio de horas mais cresceu, 14,6% e 12,4% respetivamente.

Volume de formação por atividades económicas (CAE)	N.º horas / participante		Evolução (%)
	2010	2011	
<i>Actividades Primárias (A)</i>	26	30	14,6
<i>Indústria (B, C, D, E)</i>	37	39	5,4
<i>Construção (F)</i>	29	30	4,7
<i>Comércio; alojamento e restauração; transportes e comunicação (G, H, I, J)</i>	32	34	8,7
<i>Serviços financeiros e actividades comerciais (K, L, M, N)</i>	33	37	12,4
<i>Outros serviços (O, P, Q, R, S, T, U)</i>	33	34	3,4
<i>Nível desconhecido</i>	47	61	30,1
Média Total	33	35	7,9

Em 2010, perto de 80% da frequência de formação profissional correspondeu a direito adquirido no **ano de referência**, seguindo-se “outros motivos” (9%), a antecipação da aquisição do direito (5,8%) e o direito adquirido nos dois anos anteriores ao ano de referência (5,3%).

As **empresas** foram responsáveis por cerca de 84% da formação realizada no período. As empresas de trabalho temporário tiveram a iniciativa em 11,5% da formação realizada em 2011, valor que cresceu 3 p.p, face a 2010 (8,5%). Os trabalhadores detiveram apenas 4,1% da iniciativa de formação em 2011 (3,7% em 2010).

Frequências em formação profissional por iniciativa da formação	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
<i>Da responsabilidade do empregador</i>	2 041 473	87,7	2 057 493	84,4	0,8
<i>Da iniciativa do trabalhador (ao abrigo do crédito de horas para formação contínua)</i>	86 526	3,7	100 612	4,1	16,3
<i>Da iniciativa da empresa utilizadora de mão-de-obra (empresas de trabalho temporário)</i>	198 827	8,5	280 103	11,5	40,9
Total	2 326 826	100,0	2 438 208	100,0	4,8

Em 2011, cerca de 63% da formação foi realizada pelas **empresas**, seguindo-se-lhes as empresas de formação (17,9%; 17,1% em 2010) e as empresas privadas cuja atividade principal não é a formação (9,1%; 8,5% em 2010). No período, regista-se uma diminuição da formação decorrente da intervenção das escolas/universidades (-15,6%), assim como das associações de empregadores ou outras associações empresariais (-11,4%) e dos centros de formação profissional de gestão participada (centros protocolares) (-11,1%), eventualmente resultante de constrangimentos orçamentais.

Cerca de 85% da formação decorreu em **horário laboral**, seguindo-se um horário tipo misto e, em último lugar, o horário pós-laboral que representou cerca de 5,5% da formação realizada.

Frequências em formação profissional por tipo de horário da formação	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
<i>Laboral</i>	1 978 701	85,0	2 068 437	84,8	4,5
<i>Pós-laboral</i>	129 111	5,5	136 716	5,6	5,9
<i>Misto</i>	219 014	9,4	233 055	9,6	6,4
Total	2 326 826	100,0	2 438 208	100,0	4,8

As **áreas de educação e formação** mais frequentados em 2011 foram “ciências sociais, comércio e direito”, com 36,7% (33,3% em 2010), “serviços”, com 27,2% (28,4% em 2010) e “engenharia, indústrias transformadoras e construção”, com 10,2% (9,4% em 2010). À semelhança do observado para os participantes por profissão e atividade económica, o grupo com menos participações foi a “agricultura” (0,2%).

Frequências em formação profissional por área de educação e formação	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
0 - Programas gerais	175 950	7,6	175 530	7,2	-0,2
1 - Educação	15 515	0,7	15 975	0,7	3,0
2 - Artes e Humanidades	38 792	1,7	50 200	2,1	29,4
3 - Ciências Sociais, Comércio e Direito	775 061	33,3	895 033	36,7	15,5
4 - Ciências, Matemática e Informática	188 250	8,1	166 823	6,8	-11,4
5 - Engenharia, Indústrias Transformadoras e construção	219 841	9,4	247 520	10,2	12,6
6 - Agricultura	5 936	0,3	5 267	0,2	-11,3
7 - Saúde e Proteção Social	83 464	3,6	101 793	4,2	22,0
8 - Serviços	660 604	28,4	663 851	27,2	0,5
9 - Desconhecido ou não especificado	163 413	7,0	116 216	4,8	-28,9
Total	2 326 826	100,0	2 438 208	100,0	4,8

No âmbito dos grupos, as áreas de educação e formação mais frequentadas em 2011 foram:

- (862) Segurança e higiene no trabalho – 16,6% (17,4% em 2010)
- (347) Enquadramento na organização/empresa – 13,4% (11,8% em 2010)
- (481, 482 e 489) Ciências informáticas, Informática na ótica do utilizador; Informática – programas não classificados noutra área de formação – 6,5% (7,8% em 2010)
- (343) Finanças, banca e seguros – 6,4% (3,6% em 2010)
- (090) Desenvolvimento pessoal – 5,7% (5% em 2010).

Parece, assim, registar-se alguma convergência com o disposto no n.º 2 do artigo 133.º do Código do Trabalho, relativo ao conteúdo da formação:

“A área da formação a que se refere o artigo anterior é escolhida pelo trabalhador, devendo ter correspondência com a atividade prestada ou respeitar a tecnologias de informação e comunicação, segurança e saúde no trabalho ou língua estrangeira”.

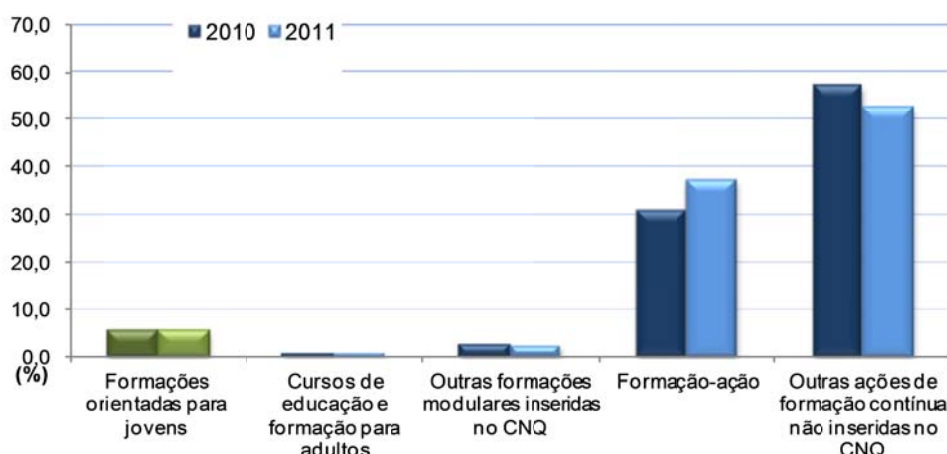
As modalidades de formação mais realizadas foram as destinadas a adultos¹⁵, representando 93,1% do total das frequências registadas em 2011 (91,9% em 2010), tendo crescido 6,1% no período. Destas, importa destacar as “outras ações de formação contínua não inseridas no CNQ”¹⁶ e a “formação-ação”, que abrangeram respetivamente 52,5% e 37,3% em 2011 (57,2% e 31% em 2010). Entre 2010 e 2011, registou-se uma diminuição das “outras ações de formação contínua não inseridas no CNQ” (-3,9%) e um acentuado crescimento da “formação-ação” (26,1%).

As modalidades de formação especificamente orientadas para jovens representaram 5,7% do total de frequências em 2011 (5,5% em 2010), tendo registado um acréscimo de 7,3% no período.

¹⁵ As modalidades de formação para adultos compreendem: “cursos de educação e formação para adultos”, “outras formações modulares inseridas no CNQ”, “formação-ação”, e “outras ações de formação contínua não inseridas no CNQ”.

¹⁶ CNQ – acrónimo de Catálogo Nacional de Qualificações.

Participações por modalidade de educação e formação



Formação dual ou em regime de alternância

A formação em alternância é disponibilizada em diferentes patamares da estrutura do sistema de educação e formação de cada país, embora se situe habitualmente ao nível do “*ensino secundário superior*”, ao qual os jovens acedem com o ensino obrigatório completo (9 a 10 anos de escolaridade, em muitos casos) e com uma idade mínima de 15 ou 16 anos. Na Europa, assim como noutros países, esta modalidade de formação está amplamente difundida, muitas vezes sob a designação de “*aprendizagem*” ou “*formação dual*”.

A **Aprendizagem** é uma forma de educação e formação profissional inicial que combina formação na empresa com ensino numa escola ou centro de formação, e cuja conclusão confere uma qualificação escolar e profissional reconhecida a nível nacional. Nesta modalidade, a formação prática abrange mais de 60% da carga horária total da formação, o que constitui uma oportunidade de recrutamento para as empresas que, através desta componente, não só facultam a formação de que os jovens carecem para ingressar no mercado de trabalho, como ficam a conhecer os futuros profissionais de que necessitam.

Em países como a Alemanha, a França ou o Reino Unido, onde existe uma forte ligação das empresas à formação de jovens, é habitual a sua rápida inserção no mercado de trabalho, muitas vezes na empresa em que realizaram a sua formação. Um estudo publicado recentemente pela Comissão Europeia refere que no Reino Unido, por exemplo, cerca de 70-80% dos jovens aprendizes fica empregado na empresa em que estagiou (Comissão Europeia, 2012).

Mais recentemente, foi dado em Portugal um novo impulso ao **sistema de aprendizagem**¹⁷ que se espera vir a ter um impacto positivo na empregabilidade dos jovens. Dez empresas públicas irão dar formação equivalente ao 12.º ano a jovens entre os 15 e os 24 anos, sendo atribuída uma bolsa de profissionalização mensal a cada aluno. A formação durará cerca de dois anos e meio e implica a assinatura de um contrato. Do tempo total de formação, 40% será passado nas empresas em “*sectores de forte componente tecnológica*”, nomeadamente eletrónica e automação, energia, serviços de transporte e metalomecânica. As vagas em cursos de aprendizagem dual cresceram 50% em 2012, pretendendo-se atingir uma meta de 100 mil alunos em 2020. Atualmente estão envolvidas mais de 5600 empresas.

Em 2011, os maiores grupos de **tipo de certificados** emitidos corresponderam a “certificados de frequência” (33,1%; 32,9% em 2010) e a “certificados de formação profissional certificada” (22,4% nos dois anos), sendo que a opção “não aplicável” foi identificada para 31,6% das participações (29,7% em 2010), o que deverá corresponder às modalidades de educação e formação desenvolvidas. Por outro lado, 88,3% das participações em formação foram notadas como “sem atribuição de nível”, o que poderá evidenciar o desconhecimento do Quadro Nacional de Qualificações pelas empresas.

¹⁷ Em Portugal, o sistema de aprendizagem está em funcionamento desde 1986, tendo sido adaptado ao longo do tempo. Atualmente, o sistema de aprendizagem disponibiliza formação teórica e prática, em contexto de trabalho nas empresas, destinada a jovens com o 9.º ano de escolaridade, com uma duração de 3 anos. No final da formação, é atribuída certificação escolar equivalente ao 12.º ano de escolaridade e certificação profissional para acesso ao exercício de uma atividade profissional. No âmbito do Quadro Nacional das Qualificações, esta formação atribui uma qualificação de nível 4.

Ao nível da despesa, os **encargos globais** com formação¹⁸ em 2011 atingiram mais de 282 milhões de euros (menos 16% do que em 2010), comparticipando a entidade empregadora 89% (cerca de 251 milhões de euros) e o restante foi financiamento externo (perto de 31 milhões de euros). A redução no investimento verificada em 2011 é explicada pelas expectativas menos otimistas relativamente à evolução da economia.

Encargos Globais com Formação Profissional (€)	2010		2011		Evolução (%)
		%		%	
Encargos da Entidade Empregadora	303 503 920	90,3	251 111 752	89,0	-17,3
Financiamento Externo	32 514 088	9,7	30 918 860	11,0	-4,9
Total	336 018 008	100,0	282 030 612	100,0	-16,1

Entre 2010 e 2011 verificou-se um ligeiro aumento (0,3%) das empresas que declararam custos com formação profissional, mais 52 empresas. Em contrapartida, registou-se uma diminuição do número de formandos nestas empresas na ordem dos 5 mil (-0,8%).

	2010 (Nº)	2011 (Nº)	Evolução (%)
Empresas que declararam custos com FP	15 566	15 618	0,3
Formandos nas empresas que declaram custos c/ FP	668 720	663 112	-0,8

Apesar do ténue aumento do número de empresas em 2011, entre 2010 e 2011 existiu uma redução dos encargos financeiros, na ordem dos 16%, em especial nos encargos suportados pela entidade empregadora (-17,3%).

Os **encargos suportados pela entidade empregadora**, nos dois anos em análise, apresentam estruturas diferentes:

- Em 2010, 52% foi para custos com a operacionalização da formação e 48% dos encargos destinaram-se ao “pagamento de horas de formação”;
- Em 2011, o “pagamento de horas de formação” representou 54% dos custos.

Encargos da Entidade Empregadora com Formação Profissional (€)	2010		2011		Evolução (%)
		%		%	
Pagamento de horas de formação	144 984 512	47,8	135 916 599	54,1	-6,3
Restante financiamento Entidade Empregadora	158 519 408	52,2	115 195 153	45,9	-27,3
Total	303 503 920	100,0	251 111 752	100,0	-17,3

A redução do peso dos encargos da entidade empregadora para a operacionalização da formação (de 52% em 2010 para 46% em 2011) significou um decréscimo de 27% (cerca de 43 milhões).

As **fontes de financiamento externo da formação profissional** representaram cerca de 11% no total dos encargos em 2011, sendo maioritariamente provenientes do Fundo Social Europeu (FSE) (74% em 2011, cerca de 23 milhões de euros).

¹⁸ Dados provisórios, referentes a Portugal Continental e Região Autónoma da Madeira. Os valores apresentados são meramente indicativos, pois não existe correspondência entre a totalidade das empresas que identificaram formação e os custos apresentados. Os valores referem-se a custos de formação profissional apresentados no Anexo 0 conjugado com o Anexo C do Relatório Único. Existe discrepância entre o número de empresas que referem a prática de formação profissional (em 2011, 47 028) e o número de empresas que declaram encargos financeiros com formação (apenas 15 618 empresas reportaram esta informação).

Fontes de Financiamento Externo da Formação Profissional (€)	2010		2011		Evolução (%)
		%		%	
Fundo Social Europeu	21 663 001	66,6	22 839 811	73,9	5,4
Outras fontes externas	10 851 087	33,4	8 079 049	26,1	-25,5
Total	32 514 088	100,0	30 918 860	100,0	-4,9

Apesar de, no cômputo geral, ter ocorrido uma redução do financiamento proveniente de fontes externas (-4,9%) constata-se que as verbas vindas do FSE aumentaram em 5% (+ 1 176 810 euros) em contrapartida com uma redução de 25% nas outras fontes externas.

O **custo médio por formando** foi de 425€ em 2011, o que representou em decréscimo de 15% face ao ano anterior (502€). Quando apurado segundo a **dimensão de empresa** verifica-se que:

- Existe uma tendência crescente à medida que a classe dimensional da empresa aumenta, assim é apenas nas grandes empresas que o custo médio por formando (434€ em 2011) é superior ao custo médio total (425€);
- O maior decréscimo no custo médio por formando ocorreu nas empresas com 0 pessoas ao serviço (de 409€ para 271€) e nas grandes empresas (de 538€ para 434€).

Custo médio por formando* (€)	2010	2011	Evolução (%)
0 pessoas	409,43	271,14	-33,8
1-9 pessoas	381,26	354,75	-7,0
10-49 pessoas	430,16	414,60	-3,6
50-249 pessoas	468,07	418,75	-10,5
250 ou mais pessoas	538,52	434,02	-19,4
Custo médio Total	502,48	425,31	-15,4

* Custo médio por formando nas empresas que declaram custos no Anexo 0 do Relatório Único e trabalhadores em formação no Anexo C (Encargos Globais c/ FP/ nº de formandos)

O custo médio por formando por **atividade económica** evidencia que:

- O agregado de sectores do Comércio, Alojamento e Restauração, Transportes e Comunicação, em 2011, praticou o valor mais elevado (460€ face ao valor médio de 425€), no entanto, em 2010, o valor praticado foi ligeiramente inferior ao custo médio total (496€ face a 502€);
- As Atividades Primárias, a Construção e os Outros Serviços, nos dois anos em análise, apresentaram sempre valores inferiores ao custo médio por formando total;
- O sector das Indústrias registou um decréscimo de 11%, passando de 483€ para 429€ em 2011 (valor ligeiramente superior à média total);
- Os serviços financeiros e atividades comerciais, em 2010, praticaram o mais elevado custo por formando (643€) registado a maior quebra em 2011 (32%).

Custo médio por formando, por atividade económica	2010	2011	Evolução (%)
<i>Atividades primárias (A)</i>	213,63	209,32	-2,0
<i>Indústrias (BCDE)</i>	483,01	429,75	-11,0
<i>Construção (F)</i>	345,68	309,61	-10,4
<i>Comércio, alojamento e restauração; transportes e comunicações (GHIJ)</i>	496,42	460,31	-7,3
<i>Serviços financeiros e atividades comerciais (KLMN)</i>	643,87	438,05	-32,0
<i>Outros serviços (OPQRSTU)</i>	345,30	315,06	-8,8
Total	502,48	425,31	-15,4

IV - Considerações Finais

A caracterização da formação apresentada neste trabalho permite obter uma ideia muito detalhada do que foi em formação, em Portugal e no sector privado, nos anos 2010 e 2011. O conhecimento da formação é mais rigoroso do que o apresentado em estudos recentes (e.g. INE, 2013; GEE, 2013), pois é exaustivo na utilização de informação proporcionada pelas entidades empregadoras na resposta ao Relatório Único.

A experiência mostra que a aposta na qualificação, especialmente a que é especificamente direcionada para o trabalho realizado, é essencial para a melhoria da produtividade e da competitividade das empresas e da economia portuguesa, e proporciona aos próprios trabalhadores melhores condições remuneratórias e perspectiva de emprego, facilitando o ajustamento às dinâmicas do mercado de trabalho.

Apesar dos esperados efeitos positivos, apenas 17% das entidades empregadoras privadas portuguesas (cerca de 51 mil) realizou ações de formação para os seus trabalhadores em 2010 e 2011. As empresas de grande dimensão foram as que realizaram mais formação (93% do total). Entre as microempresas, só 13% proporcionaram formação aos seus empregados.

A formação realizada abrangeu cerca de 1 milhão de trabalhadores – 35% dos trabalhadores por conta de outrem no sector privado – e concretizou-se num total de 2,4 milhões de frequências. Em média, os trabalhadores realizaram 35 horas de formação em 2011. Por dimensão de empresa, 62% dos trabalhadores em grandes empresas, mas apenas 10,5% dos que trabalham em microempresas, receberam formação em 2011.

A presença em ações de formação aumentou entre 2010 e 2011 em todas os níveis de qualificação, em todos os níveis etários e em ambos os sexos, não havendo diferença significativa por género.

Os trabalhadores com maior educação foram os que tiveram mais acesso a formação: 44% das pessoas com ensino superior, 37% dos trabalhadores com ensino pós-secundário e 25% das pessoas com ensino básico. Sendo os trabalhadores com maior nível de educação os que recebem um vencimento superior, esta diferença indicia que a formação é também utilizada como forma de remunerar os trabalhadores.

A formação realizada foi, em grande parte, da iniciativa das empresas (84% do total em 2011) e desenvolvida na própria empresa (cerca de 63% do total das ações), tendo apenas 4% sido da iniciativa do próprio trabalhador ao abrigo do crédito de horas previsto na lei.

Os encargos globais com formação totalizaram 282 milhões de euros em 2011, menos 16% do que o verificado em 2010 (336M€), sendo 89% da responsabilidade da entidade empregadora e o restante (31 M€) financiado por outras entidades. O custo médio por formando baixou de 502 para 425 euros entre 2010 e 2011, o que poderá estar associado à expectativas menos otimistas relativamente à evolução da economia em 2011.

Em termos sectoriais, entre 2010 e 2011 houve crescimento da formação em todos os sectores, exceto na construção onde houve uma redução de 11%. Os serviços financeiros e atividades comerciais são aquelas onde se verifica maior formação (abrangeu 26% das empresas e 43,7% dos trabalhadores em 2011). Na indústria, 20% das empresas (7.500) realizaram formação em 2011 (18,8% em 2010), em que participaram 35% dos trabalhadores (33,8% em 2010). No sector primário, apenas 9% das empresas declararam ter realizado formação.

Bibliografia

- Almeida, R. and Carneiro, P., (2008), “The return to firm investments in Human Capital”, *Labour Economics*, 16(1), 97-106.
- Becker, G., (1965), “On- the-job training”, in *Human Capital*, The University of Chicago Press.
- Budría, S., (2004), “On the returns to training in Portugal”, IZA Discussion Paper, 1429.
- Código do Trabalho - Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro e alterações.
- Comissão Europeia (2012). “Apprenticeship supply in the Member States of the European Union - Final report”, Brussels (http://ec.europa.eu/education/vocational-education/doc/forum12/supply_en.pdf)
- Costa Dias, Mónica e José Varejão (2012), “Estudo de Avaliação das Políticas Ativas de Emprego”, Faculdade de Economia do Porto, Junho.
- GEE (2013), “Inquérito à Formação Profissional Contínua”, <http://www.gee.min-economia.pt/> Lisboa
- INE (2013), “Aprendizagem ao Longo da Vida – Inquérito à Educação e Formação de Adultos 2011”, Lisboa
- OCDE (2009), “Learning for jobs: OECD reviews of vocational education and training”, October, Paris.
- Relatório Único – Anexo C, 2010 e 2011

Anexos

1 – Enquadramento legal

A Portaria n.º 55/2010, de 21 de Janeiro, veio dar corpo ao disposto no artigo 32.º da Lei n.º 105/2009, de 14 de Setembro, que regulamenta e altera o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, e procede à primeira alteração da Lei n.º 4/2008, de 7 de Fevereiro.

“Artigo 32.º

Prestação anual de informação sobre a atividade social da empresa

1 — O empregador deve prestar anualmente informação sobre a atividade social da empresa, nomeadamente sobre remunerações, duração do trabalho, trabalho suplementar, contratação a termo, formação profissional, segurança e saúde no trabalho e quadro de pessoal.

2 — A informação a que se refere o número anterior é apresentada por meio informático, com conteúdo e prazo regulados em portaria dos ministros responsáveis pelas áreas laboral e da saúde.”

Esta Portaria *“regula o conteúdo e o prazo de apresentação da informação sobre a atividade social da empresa, por parte do empregador, ao serviço com competência inspectiva do ministério responsável pela área laboral”* (artigo 1.º), passando a ser recolhida informação sobre a formação profissional promovida pela empresa no âmbito de um só instrumento – o Relatório Único.

A informação relativa à formação contínua é recolhida através do anexo C deste relatório, o qual começou a ser entregue a partir de 2011, com referência ao ano de 2010. Através deste anexo, é possível aferir o cumprimento dos deveres do empregador e do trabalhador no que se refere a formação profissional, previstos no Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro:

- Empregador: *“Contribuir para a elevação da produtividade e empregabilidade do trabalhador, nomeadamente proporcionando-lhe formação profissional adequada a desenvolver a sua qualificação”* (alínea d) do n.º 1 do artigo 127.º)
- Trabalhador: *“Participar de modo diligente em acções de formação profissional que lhe sejam proporcionadas pelo empregador”* (alínea d) do n.º 1 do artigo 128.º).

O Código do Trabalho, no âmbito da formação contínua identifica: (i) os deveres do empregador e os direitos do trabalhador (art.º131); (ii) o crédito de horas e subsídio para a formação contínua (art.º 132); (iii) o conteúdo da formação contínua (art.º133); e (iv) o efeito da cessação do contrato de trabalho no direito a formação (art.º134).

2 – Nota metodológica: Relatório Único e principais conceitos

Enquadramento

A regulamentação do Código do Trabalho criou uma obrigação única a cargo dos empregadores, de prestação anual de informação sobre a atividade social da empresa, com conteúdo e prazo de apresentação regulados na Portaria nº 55/2010 de 21 de Janeiro. Esta obrigação legal, designada por Relatório Único (RU) é constituída por 6 anexos.

A informação disponibilizada neste estudo resultou do aproveitamento estatístico dos anexos A (Quadro de Pessoal), C (Relatório Anual da Formação Contínua) e 0 (correspondente ao antigo Balanço Social), relativos aos anos de 2010 e 2011.

Cobertura e método de recolha

A obrigatoriedade de entrega do Relatório Único tem âmbito nacional e aplica-se a todas as entidades empregadoras abrangidas pelo Código do Trabalho (Lei 7/2009 de 12 de Fevereiro). Estão por esse motivo excluídos os serviços e órgãos abrangidos pelo Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, uma vez que têm legislação específica.

A resposta é efetuada exclusivamente via Web. As entidades com sede na Região Autónoma dos Açores entregam o RU através de uma plataforma exclusiva dos serviços regionais, tratando e divulgando a nível regional a informação daí resultante.

O prazo legal da prestação de informação relativa a 2010 decorreu de 15 de abril a 15 de junho de 2011 e o relativo a 2011, entre 15 de maio e 30 de junho de 2012.

A informação a constar nos anexos não observa o mesmo período de referência. Assim, o período de referência do anexo A é 31 de outubro, o do anexo 0 é predominantemente 31 de dezembro e o anexo C refere-se à totalidade do ano. Deste modo, o nº de trabalhadores nos diferentes anexos pode não ser coincidente.

Ficheiros de dados

A partir das tabelas de dados com as respostas aos anexos A, C e 0, foram criados dois ficheiros em IBM SPSS¹⁹, para cada um dos anos em análise:

Ficheiro 1 - Agrega tabelas provenientes dos anexos C, A e 0). À informação proveniente do anexo C informação junta a obtida no anexo A, no que se refere às variáveis caracterizadoras das empresas e dos trabalhadores: atividade económica e escalão de pessoal ao serviço, no que se refere à empresa, e sexo, idade, condição perante o trabalho, habilitações e grupo profissional, no que concerne ao trabalhador. Agrega ainda a informação relativa a custos com formação proveniente do anexo 0 (encargos globais). Aos anexos A e O somente vai buscar informação para as entidades com resposta no anexo C.

Ficheiro 2 – Apresenta informação obtida em tabelas provenientes do anexo A, que tenha sido considerada pertinente para a presente análise. Representa o universo de empresas e trabalhadores.

¹⁹ Statistical Package for the Social Sciences

Coerência e fiabilidade

A informação proveniente do RU apresenta vários problemas em termos de fiabilidade e coerência, uma vez que apenas o anexo A referente a 2010 foi adequadamente validado.

As questões de fiabilidade e coerência estão relacionadas com: (i) validações de “entrada” não executadas e/ou incorretamente executadas na entrega do relatório e (ii) incoerência do conteúdo da variável (p.e.: nível de qualificação da formação incompatíveis com a duração, custos com formação).

Estas situações obrigaram a uma análise mais detalhada de outras variáveis que pudessem confirmar ou contrariar os valores apurados. Em função desses resultados estabeleceram-se procedimentos de correção, adequados aos casos observados. Sempre que não foi possível corrigir os valores anómalos o valor da variável foi eliminado e considerado como ignorado.

Dado que algumas empresas que responderam ao anexo C não responderam ao anexo A e vice-versa, são também de mencionar situações em que não existe informação para determinados registos (empresas sem CAE, NUT, etc. e trabalhadores sem elementos caracterizadores, como nível de escolaridade, por exemplo), assumindo essas variáveis o valor de ignorado.

Comparabilidade com outras fontes

Abaixo apresenta-se um quadro-resumo das principais características e indicadores disponibilizados pelo anexo C do RU e o Inquérito à Formação Profissional Contínua 2010 (CVTS²⁰):

CARACTERÍSTICAS	Anexo C (RU)	CVTS 2010
Operação Estatística	recenseamento	inquérito
Enquadramento Legal	Lei 7/2009 de 12 de fevereiro e Portaria nº 55/2010 de 21 de Janeiro	Regulamento (CE) Nº 1552/2005 de 7 de Setembro e Regulamento (CE) Nº 822/2010 de 17 de Setembro
Cobertura	Exaustiva	Amostra
Dimensão da amostra	n.a.	6 526
Periodicidade	Anual	quinquenal
Âmbito geográfico	País	País
População	Entidades empregadoras abrangidas pelo Código do Trabalho	Empresas com dez ou mais pessoas ao serviço, de todos os sectores de actividade económica, excepto secções A, O, P, Q, T, U, subclasse 68322 e o grupo 949 da CAE Revisão 3.
Método de recolha	Aplicação eletrónica acessível mediante autenticação, launcher ou web services para envio de ficheiro xml	Questionário eletrónico acessível mediante autenticação
INDICADORES	Anexo C (RU)	CVTS 2010
% empresas com cursos de formação	15,7*	44,5
% trabalhadores em formação	33,7*	39,8
% homens em formação	29,6*	40,7
% mulheres em formação	29,3*	38,5
Média de horas formação por trabalhador	32,9*	42,5
* em 2010		

Principais Conceitos

Pessoas ao serviço – Número de pessoas ao serviço em 31 de Outubro, considerando: os trabalhadores por conta de outrem (TCO), os trabalhadores familiares não remunerados, o(s) empregador(es) quando exerça(m) funções na Empresa/Entidade (por exemplo, o proprietário/sócio-gerente) e os membros ativos de cooperativas.

Inclui os estágios profissionais, os de qualificação de emprego e todos os estágios com contrato de trabalho (não inclua os estágios curriculares). Exclui todas as pessoas ausentes há mais de um mês, relativamente à data de atualização deste campo.

Nota: os Trabalhadores a trabalhar na entidade e cuja remuneração é suportada por outra (ex: Trabalhadores temporários), devem constar naquela a que estão vinculados.

*Formação Contínua*²¹ - Entende-se por formação contínua a que seja qualificante para as tarefas desempenhadas pelo trabalhador, de acordo com o Artigo 131.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

Esta formação “pode ser desenvolvida pelo empregador, por entidade formadora certificada para o efeito ou por estabelecimento de ensino reconhecido pelo ministério competente (...)” (n.º 3 do Artigo 131.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro)

Nota: Os trabalhadores cedidos a outras entidades (no âmbito do n.º 1 do Artigo 289.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro) devem ser considerados no Anexo da Entidade cedente, exceto se a formação for ministrada pelo cessionário e, nesse caso, devem constar do Anexo do cessionário.

Cursos profissionais - Cursos de nível secundário de educação, vocacionados para a formação inicial de jovens que conferem um nível de qualificação.

Cursos de aprendizagem - Cursos de formação profissional inicial de jovens, em alternância, que conferem um nível de qualificação.

Cursos de educação e formação para jovens - Cursos de formação profissional inicial para jovens que abandonaram ou estão em risco de abandonar o sistema regular de ensino, privilegiando a sua inserção na vida ativa e permitindo o prosseguimento de estudos. Conferem um nível de qualificação

Cursos de educação e formação para adultos - Cursos que se destinam a indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, que não tenham concluído o ensino básico ou o secundário. Conferem um nível de qualificação.

Cursos de especialização tecnológica - Cursos de nível pós -secundário não superior que visam conferir uma qualificação com base em formação técnica especializada. Conferem um nível de qualificação.

Formação – Ação – Medidas dirigidas a micro, pequenas e médias empresas (Artº 100 da Lei nº 7/2009, de 12 de Fevereiro) e assentes na prestação de serviços integrados de formação e consultadoria,.

Diploma de qualificação - Documento que corresponde à obtenção de uma qualificação prevista no Catálogo Nacional de Qualificações. Deve referenciar o nível de qualificação correspondente, de acordo com o Quadro Nacional de Qualificações, e quando aplicável, a atividade profissional para a qual foi obtida qualificação.

²¹ Dado que o do Relatório Único é uma fonte administrativa cujo principal objetivo é a aferição do cumprimento do Código do Trabalho, este conceito deriva essencialmente da legislação, não sendo portanto coincidente com o conceito de formação contínua vigente no Instituto Nacional de Estatística e utilizado em operações estatísticas.

Certificado de qualificação- Documento que corresponde à conclusão com aproveitamento de uma ou mais unidades de formação desenvolvidas com base nos referenciais do Catálogo Nacional de Qualificações, que não permite de imediato a obtenção de qualificação ou a conclusão de um processo de reconhecimento, validação e certificação de competências.

Certificado de formação profissional certificada - Documento que corresponde à conclusão com aproveitamento de uma ação de formação certificada (ministrada por entidade formadora certificada), não inserida no Catálogo Nacional de Qualificações.

Certificado de formação profissional não certificada - Documento que corresponde à conclusão com aproveitamento de uma ação de formação contínua realizada por uma entidade formadora não certificada.

Certificado de frequência – Documento que atesta a assistência de uma ação de formação. Não pressupõe a conclusão com aproveitamento, i.e, com avaliação.

Diploma de ensino superior - Documento oficial comprovativo da atribuição de um nível, de grau académico ou da conclusão de um curso não conferente de grau emitido por um estabelecimento de ensino (por exemplo licenciatura, pós-graduação, mestrado, doutoramento).

Classificações e Nomenclaturas

- Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE Rev.3)
- Classificação Portuguesa de Profissões (CPP 2010)
- Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF 2005)
- Níveis de Qualificação da Formação (Quadro Nacional de Qualificações – QNQ)

3 – Nota metodológica: Vale a pena investir em formação profissional?

Na revisão do Código do Trabalho (Lei nº7/2009 de 12 de Fevereiro) em 2009 foi regulada a formação profissional contínua dos trabalhadores no seio das empresas. Foram estabelecidos os direitos e deveres das partes, trabalhadores e empresa, num quadro temporal que se inicia em 2010.

Neste âmbito, é pertinente questionar se o investimento que as empresas fazem na formação contínua dos seus colaboradores tem (ou não) um efeito positivo no seu desempenho (performance) económico.

1. Dados

Foram utilizados os dados provenientes do GEE, nomeadamente os anexos 0, A e C do Relatório Único de 2010 e 2011.

O anexo C do Relatório Único, criado para retratar quantitativamente a formação continua ao abrigo da revisão recente do código de trabalho, apresenta desde 2010 a formação contínua dos trabalhadores de uma empresa nas suas várias dimensões: duração da ação de formação, número de ações de formação, número de trabalhadores da empresa em ações de formação, etc..

No anexo 0 e A do Relatório Único retiraram-se os atributos habituais da empresa (CAE, número de pessoas ao serviço, número de trabalhadores por conta de outrem) e as variáveis que indiciam de alguma forma a performance económica da empresa, como o Volume de Negócios e o VAB (para empresas com 10 ou mais pessoas ao serviço).

Ainda do anexo 0 retirou-se a variável “encargos de formação profissional” que aponta o custo suportado pela empresa anualmente com a sua formação profissional.

Apenas foram consideradas as empresas que tiveram ao seu serviço colaboradores que frequentassem formação profissional no ano em causa.

Estatísticas descritivas

Variável	Obs.	Média	Mínimo	Máximo
2010				
Volume de Negócios (Meuros)	268.234	1,37	0	8.250
VAB (Meuros)	73.882	2,41	-178	9.110
Encargos com formação profissional (euros)	14.918	22.272	1	20.300.000
Duração das acções de formação (horas)	43.032	787	1	743.965
Nº de acções de formação	43.032	53	1	68.075
Nº de trabalhadores em formação (formandos)	43.032	22	1	22.705
Horas de formação por formando	43.032	37	1	838
Encargos com formação por formando (euros)	14.918	480	0	30.000
Duração de acção de formação em média (horas)	43.032	29	1	400
2011				
Volume de Negócios (Meuros)	280.889	1,30	0	10.200
VAB (Meuros)	74.940	1,86	-248	8.550
Encargos com formação profissional (euros)	15.427	18.458	1	11.700.000
Duração das acções de formação (horas)	45.927	741	1	667.470
Nº de acções de formação	45.927	52	1	71.017
Nº de trabalhadores em formação (formandos)	45.413	21	1	22.845
Horas de formação por formando	45.413	35	1	3.600
Encargos com formação por formando (euros)	15.185	432	0	32.507
Duração de acção de formação em média (horas)	45.927	27	1	400

Apesar do número considerável de empresas (observações - pouco mais de 260 mil), para a subsequente análise deve-se ter presente que o número de empresas a proporcionar formação profissional contínua aos seus colaboradores se afigura reduzido.

Pouco mais de 40 mil empresas apresentaram trabalhadores a frequentar formação profissional contínua, segundo o Anexo C. No Anexo 0, cerca de 14 mil empresas indicaram encargos com formação profissional. A correlação entre o número de colaboradores em formação numa empresa²² e os encargos com formação profissional²³ indicados pela empresa situa-se nos 0,15. Por conseguinte, a maioria das empresas que indicaram terem tido colaboradores em formação não apontaram encargos com a mesma formação, e vice-versa.

2. Metodologia

Como variável dependente escolheu-se preferencialmente o volume de negócios em euros (vendas). O valor acrescentado bruto (VAB) só se encontra obrigatoriamente preenchida para as empresas com 10 e mais pessoas ao serviço e mesmo nesses casos, com inúmeras falhas.

Criaram-se classes de dimensão (1-4, 4-9, 10-49, 50-99, 100-249, 250-499, 500 e mais) para as empresas (classdim) com base na variável “pessoas ao serviço em 31 de Dezembro”. A CAE, foi analisada a dois dígitos (CAE2dig).

Como variáveis independentes relacionadas com a formação contínua: (i) o volume das ações de formação em horas de uma empresa (duracaoform); (ii) o número de ações de formação de uma empresa (accoesform); (iii) o número de trabalhadores em formação, formandos, (trabform) por empresa (provenientes do anexo C) e; (iv) os encargos de formação profissional em euros (encargosform) proveniente do anexo 0.

Construiu-se a variável “volume de horas de formação por formando” por empresa (duracaotrab) como ratio entre volume das ações de formação em horas (duracaoform) e número de trabalhadores em formação (trabform).

Para garantir a exogeneidade das variáveis relacionadas com a formação continua face à variável dependente e sabendo-se, de antemão, que qualquer investimento precisará do seu tempo de maturação para dar resultados, entraram as variáveis relativas à formação contínua de uma forma desfasada na relação funcional.

Estipulado o tipo de função e dispondo-se, então, de observações só para um ano, 2011 para a performance da empresa e 2010 para as variáveis da formação contínua, fizeram-se regressões cross-section do tipo:

$$performance_{i2011} = \alpha + \beta(atributos\ da\ empresa_{i2011}) + \delta(var.\ formação\ continua_{i2010}) + u_{i2011}$$

A seguinte relação funcional revelou-se como a mais adequada:

$$\begin{aligned} \log(vendas)_{i2011} &= \alpha + \beta_1 CAE2dig_{i2011} + \beta_2 Classdim_{i2011} + \delta_1 encargosform_{i2010} + \delta_2 accoesform_{i2010} \\ &+ \delta_3 duracaotrab_{i2010} + u_{i2011}, \end{aligned}$$

²² (Anexo C)

²³ (Anexo 0)

$i=1 \dots N$ (identificador da empresa i)

O tipo de regressões acima apresentado foi também estimado com o log (vab) como variável dependente e em painel. As regressões em painel, sem desfasamento temporal nas variáveis da formação contínua, foram igualmente executadas com resultados em linha do estimado com as variáveis da formação desfasadas. No entanto, a especificação com o desfasamento temporal parece ser teoricamente mais ajustada.

A opção pela estimação em painel justifica-se pelo número considerável de observações disponível ao longo de dois anos seguidos, possibilitando inegáveis ganhos de eficiência (Baltagi, 2005; Cameron and Trivedi, 2009)²⁴. Os atributos das empresas (regressores) variam pouco entre os dois anos, pelo que é aplicado o modelo de efeitos aleatórios, o “feasible” GLS. Este estimador aplica-se, uma vez, sobre um painel com toda as empresas, mesmo as que registem falhas de informação em um dos anos (“unbalanced”) e sobre um painel composto por empresas com informação para os dois anos em estudo (“balanced”). A estimação de uma relação funcional logarítmica permite a leitura dos resultados em termos de semi-elasticidades.

3. Resultados

Os primeiros resultados apontam para que a formação profissional contínua dos colaboradores de uma empresa tenha um impacto positivo no desempenho económico das empresas (Quadro 2).

Em termos gerais, as variáveis associadas à formação contínua que apresentam os resultados mais robustos, em termos qualitativos e na ordem de grandeza do efeito, e independentemente das diferentes especificações de regressão escolhida, são os encargos globais com formação profissional por formando (encargosFP_{trab}) e o número de formandos (trabFP). O aumento dos encargos globais em 100 euros ou do número de formandos em 10 unidades está associado ao aumento do volume de negócios das empresas de cerca de 0,3%.

No entanto, se a variável explicativa for o volume de horas de formação por formando na empresa (duracaoFP_{trab}), os resultados são estatisticamente significativos, mas não são coincidentes, indicando que, contrariamente ao esperado, a redução do volume horário médio de formação numa empresa surge associado ao aumento do volume de vendas. Note-se que a duração média das ações de formação por formando nos dois anos é de 36 horas.

Repare-se, ainda, que o total do número de ações de formação de uma empresa (accoesFP) parece não influir no desempenho das empresas.

²⁴ Baltagi, B. H., (2005), “Econometric Analysis of Panel Data”, John Wiley & Sons, Chichester, England. Cameron, A. C. and Trivedi, P. K. (2009), “Microeconometrics Using Stata”, Stata Press, College Station, Texas.

Quadro 2 – Efeitos da formação contínua

Variável dependente	Nº Observações	encargosFPtrab	duracaoFPtrab	trabFP	accoesFP
(1a) log (vendas)	29563 (unbalanced)	0,0000329***			
(1b) log (vendas)	22284 (balanced)	0,0000306***			
(2a) log (vendas)	85960 (unbalanced)		-0,00000018	0,0004824***	-0,000000545
(2b) log (vendas)	54288 (balanced)		-0,000112*	0,0004403***	-0,00000041
(3a) log (vendas)	29563 (unbalanced)	0,0000377***	-0,0002579***	0,0003902***	-0,00000030
(3b) log (vendas)	22284 (balanced)	0,0000363***	-0,0003188***	0,0003654***	-0,00000014

Nível de significância: (***) 1%; (**) 5%; (*) 10%.

Os resultados por dimensão de empresa confirmam o efeito positivo da formação profissional, quando medida sob a forma de encargos e número de trabalhadores, no desempenho económico das empresas (quadro 3). Este efeito parece ser mais forte no caso das micro empresas e vai diminuindo com o aumento da sua dimensão. Note-se contudo que a redução simultânea no número de observações leva a que seja necessário cautela na interpretação destes primeiros resultados e requer um posterior aprofundamento da análise realizada.

Quadro 3 - Dimensão da empresa²⁵

Variável dependente	Nº Observações	encargosFPtrab	duracaoFPtrab	trabFP	accoesFP
Micro log (vendas)	11627	0,0000489 ***	-0,0001975	0,0662777***	0,0015702
Pequenas log (vendas)	10500	0,0000409 ***	-0,0002523**	0,0137175***	0,0000205
Médias log (vendas)	5743	0,0000413***	-0,0003605*	0,001661***	0,0000451
Grandes log (vendas)	1693	0,0000239	-0,0000367	0,0002588 **	- 0,8.13e10-9**

Nível de significância: (***) 1%; (**) 5%; (*) 10%.

As empresas foram ainda classificadas como tendo ou não atividade transacionável, consoante a CAE a 2 dígitos em qual se encontram revelar um rácio entre a soma das exportações com as importações e o volume de negócios superior ou não a 40 por cento. Como alguns sectores não se conseguem classificar nos moldes anteriores por falta de informação, as empresas neles inseridas não foram consideradas. Os resultados são similares para ambos os setores, o que significa ser indiferente se a empresa operar num setor transacionável ou não transacionável (quadro 4).

Quadro 4 – Tipo de sector

Variável dependente	Nº Observações	encargosFPtrab	duracaoFPtrab	trabFP	accoesFP
Sect. Trans log (vendas)	4636	0,000021 **	-0,0004084**	0,0009993***	-0,0000172
Sect. Não Trans log (vendas)	23574	0,0000373 ***	-0,0002125*	0,0003074***	0,00000915

Nível de significância: (***) 1%; (**) 5%; (*) 10%.

²⁵ Microempresas (até 10 trabalhadores ou 2 milhões de volume de negócio), pequenas (entre 10 e 49 trabalhadores ou com mais de 2 milhões e menos de 10 milhões de volume de negócio), médias (entre 50 e 249 trabalhadores ou com mais de 10 milhões e menos de 50 milhões de volume de negócio) e grandes (250 e mais trabalhadores ou com mais de 50 milhões de volume de negócio).

Em suma, os resultados parecem indicar que formação contínua alargada a um maior número de trabalhadores, mas com duração relativamente curta, pode influenciar positivamente o desempenho das empresas.

4. Limitações

Dois anos de observações do anexo C são manifestamente insuficientes para se determinar, categoricamente, o relacionamento quantitativo e qualitativo entre a performance da empresa e o investimento na formação de recursos humanos. Um investimento não é rentabilizado normalmente em apenas dois anos.

Desta forma, as conclusões devem ser interpretadas com cuidado. As empresas que registam melhor performance económica podem ser aquelas que estão mais dispostas a investir em formação, podendo os resultados da sua atividade em anos anteriores a 2010 ajudar a explicar o nível de formação. A disponibilização de informação relativa a mais anos e o aprofundamento deste trabalho permitirão o robustecimento desta análise.

4 – Quadros estatísticos

4.1 – Empresas que desenvolveram formação contínua – 2010 e 2011

Quadro 1 – Estrutura empresarial em Portugal – total de empresas e empresas com formação

Unid: Nº de Empresas	2010				2011			
	Total Empresas		Emp. c/ formação		Total Empresas		Emp. c/ formação	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
TOTAL	289 572	100,0	49 573	17,1	299 205	100,0	51 561	17,2
Micro	243 382	84,0	29 833	12,3	242 994	81,2	31 381	12,9
Tx.Cres. nas micro empresas período 2010-11					-0,2		5,2	
Pequena	38 055	13,1	13 971	36,7	37 273	12,5	14 306	38,4
Tx. Cresc. nas pequenas empresas no período 2010-11					-2,1		2,4	
Média	5 995	2,1	4 348	72,5	6 042	2,0	4 420	73,2
Tx. Cresc. nas médias empresas no período 2010-11					0,8		1,7	
Grande	867	0,3	801	92,4	905	0,3	838	92,6
Tx. Cresc. nas grandes empresas no período 2010-11					4,4		4,6	
Ignorado	1 273	0,4	620		11 991	4,0	616	

Quadro 2 – Distribuição sectorial em Portugal – total de empresas e empresas com formação

Unid: Nº de Empresas	2010				2011			
	Total Empresas		Emp. c/ formação		Total Empresas		Emp. c/ formação	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
TOTAL	289 572	100,0	49 573	17,1	299 205	100,0	51 561	17,2
Activ.Primárias	10 011	3,5	831	8,3	12 631	4,2	1 113	8,8
Tx.Cres. nas actividades primárias no período 2010-11					26,2		33,9	
Indústria	39 299	13,6	7 397	18,8	37 424	12,5	7 504	20,1
Tx. Cresc. na indústria no período 2010-11					-4,8		1,4	
Construção	37 098	12,8	5 493	14,8	36 447	12,2	5 105	14,0
Tx. Cresc. na construção no período 2010-11					-1,8		-7,1	
Comércio; alojamento e restauração; transporte e comunicação	129 413	44,7	18 695	14,4	134 274	44,9	19 955	14,9
Tx. Cresc. no comércio, alojamento e restauração; transportes e comunicação no período 2010-11					3,8		6,7	
Serviços financeiros e actividades comerciais	38 703	13,4	9 857	25,5	39 594	13,2	10 168	25,7
Tx. Cresc. nos serviços financeiros e actividades comerciais no período 2010-11					2,3		3,2	
Outros serviços	35 048	12,1	6 747	19,3	37 280	12,5	7 533	20,2
Tx. Cresc. nos outros serviços no período 2010-11					6,4		11,6	
Ignorado	0	0,0	553		1 555	0,5	183	

Quadro 3 – Distribuição das empresas que realizaram formação segundo a dimensão da empresa e as atividades económicas

			Dimensão de Empresa										
TOTAL			Micro (1-9)		Pequena (10 a 49)		Média (50 a 249)		Grande (+250)		Ignorado		
Unid: Nº de Empresas		Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Actividades Económicas	TOTAL	2010	49 573	29 833	100,0	13 971	100,0	4 348	100,0	801	100,0	620	
		2011	51 561	31 381	100,0	14 306	100,0	4 420	100,0	838	100,0	616	
	Activ.Primárias	2010	831	608	2,0	186	1,3	32	0,7	5	0,6	0	0,0
		2011	1 113	810	2,6	244	1,7	41	0,9	5	0,6	13	
	Indústria	2010	7 397	2 600	8,7	3 128	22,4	1 415	32,5	245	30,6	9	3,7
		2011	7 504	2 683	8,5	3 060	21,4	1 471	33,3	260	31,0	30	
	Construção	2010	5 493	3 273	11,0	1 754	12,6	399	9,2	62	7,7	5	8,1
		2011	5 105	3 008	9,6	1 604	11,2	381	8,6	54	6,4	58	
	Comércio; alojamento e restauração; transporte e comunicação	2010	18 695	12 129	40,7	5 064	36,2	1 247	28,7	227	28,3	28	12,3
		2011	19 955	12 956	41,3	5 351	37,4	1 235	27,9	234	27,9	179	
	Serviços financeiros e actividades comerciais	2010	9 857	7 399	24,8	1 769	12,7	512	11,8	161	20,1	16	9,9
		2011	10 168	7 649	24,4	1 781	12,4	484	11,0	168	20,0	86	
	Outros serviços	2010	6 747	3 824	12,8	2 070	14,8	743	17,1	101	12,6	9	8,9
		2011	7 533	4 275	13,6	2 266	15,8	808	18,3	117	14,0	67	
Ignorado	2010	553	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	553		
	2011	183		0,0		0,0		0,0		0,0	183		

Quadro 4 – Distribuição territorial em Portugal – total de empresas e empresas com formação

		2010				2011			
		Total Empresas		Emp. c/ formação		Total Empresas		Emp. c/ formação	
Unid: Nº de Empresas		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Região	TOTAL	289 572	100,0	49 573		299 205	100,0	47 028	
	Norte	107 724	37,2	14 294	13,3	111 545	37,3	13 565	12,2
	Centro	66 286	22,9	14 488	21,9	68 158	22,8	13 938	20,4
	Lisboa	72 013	24,9	13 588	18,9	73 935	24,7	13 159	17,8
	Alentejo	21 010	7,3	3 088	14,7	21 957	7,3	3 112	14,2
	Algarve	16 278	5,6	2 778	17,1	16 963	5,7	2 415	14,2
	R.A. Madeira	6 229	2,2	772	12,4	6 587	2,2	663	10,1
	Ignorado	32	0,0	565		60	0,0	176	

4.2 – Recursos humanos que frequentaram formação em 2010 e 2011

Quadro 5 – Pessoas ao serviço por frequência de formação

Pessoas ao serviço	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
Frequentaram formação	958 343	33,7	981 193	35,1	2,4
Não frequentaram formação	1 885 086	66,3	1 816 939	64,9	-3,6
Total	2 843 429	100,0	2 798 132	100,0	-1,6

Quadro 6 – Participantes em formação por n.º de horas de formação

Participantes em formação por n.º de horas de formação frequentadas	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
35 e mais horas	330 319	34,5	327 653	33,4	-0,8
Menos de 35 horas	628 024	65,5	653 540	66,6	4,1
Total	958 343	100,0	981 193	100,0	2,4

Quadros 7 – Situação na profissão

Pessoas ao serviço por situação na profissão	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
Empregador	177 155	6,2	179 592	6,4	1,4
Familiar não remunerado	1 517	0,1	1 680	0,1	10,7
Trabalhador por conta de outrem	2 659 201	93,5	2 612 293	93,4	-1,8
Membro activo de cooperativa	1 123	0,0	1 087	0,0	-3,2
Outros	4 433	0,2	3 480	0,1	-21,5
Desconhecido	0	0,0	0	0,0	0,0
Total	2 843 429	100,0	2 798 132	100,0	-1,6

Participantes em formação por situação na profissão	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
Empregador	15 905	1,7	17 437	1,8	9,6
Familiar não remunerado	106	0,0	126	0,0	18,9
Trabalhador por conta de outrem	820 134	85,6	853 524	87,0	4,1
Membro activo de cooperativa	282	0,0	216	0,0	-23,4
Outros	562	0,1	783	0,1	39,3
Desconhecido	121 354	12,7	109 107	11,1	-10,1
Total	958 343	100,0	981 193	100,0	2,4

Participantes em formação por situação na profissão	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
Empregador	15 905	1,9	17 437	2,0	9,6
Familiar não remunerado	106	0,0	126	0,0	18,9
Trabalhador por conta de outrem	820 134	98,0	853 524	97,9	4,1
Membro activo de cooperativa	282	0,0	216	0,0	-23,4
Outros	562	0,1	783	0,1	39,3
Total	836 989	100,0	872 086	100,0	4,2
Desconhecido	121 354		109 107		-10,1

Pessoas ao Serviço (% participantes em formação)	2010 %	2011 %	diferença percentual
Empregador	9,0%	9,7%	0,7
Familiar não remunerado	7,0%	7,5%	0,5
Trabalhador por conta de outrem	30,8%	32,7%	1,8
Membro activo de cooperativa	25,1%	19,9%	-5,2
Outros	12,7%	22,5%	9,8
Total	33,7%	35,1%	1,4

Quadros 8 – Dimensão da empresa

Pessoas ao serviço por dimensão da empresa	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
1-9 pessoas	753 583	26,5	743 472	26,6	-1,3
10-49 pessoas	750 823	26,4	719 429	25,7	-4,2
50-249 pessoas	589 773	20,7	576 840	20,6	-2,2
250 ou mais pessoas	746 989	26,3	756 265	27,0	1,2
Desconhecida	2 248	0,1	2 084	0,1	-7,3
Total	2 843 416	100,0	2 798 090	100,0	-1,6

Participantes em formação por dimensão da empresa	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
1-9 pessoas	72 179	7,5	77 939	7,9	8,0
10-49 pessoas	177 680	18,5	182 895	18,6	2,9
50-249 pessoas	246 220	25,7	245 191	25,0	-0,4
250 ou mais pessoas	453 726	47,3	469 213	47,8	3,4
Desconhecida	8 538	0,9	5 955	0,6	-30,3
Total	958 343	100,0	981 193	100,0	2,4

Pessoas ao Serviço (% participantes em formação)	2010 %	2011 %	diferença percentual
1-9 pessoas	9,6%	10,5%	0,9
10-49 pessoas	23,7%	25,4%	1,8
50-249 pessoas	41,7%	42,5%	0,8
250 ou mais pessoas	60,7%	62,0%	1,3
Desconhecida	-	-	-
Total	33,7%	35,1%	1,4

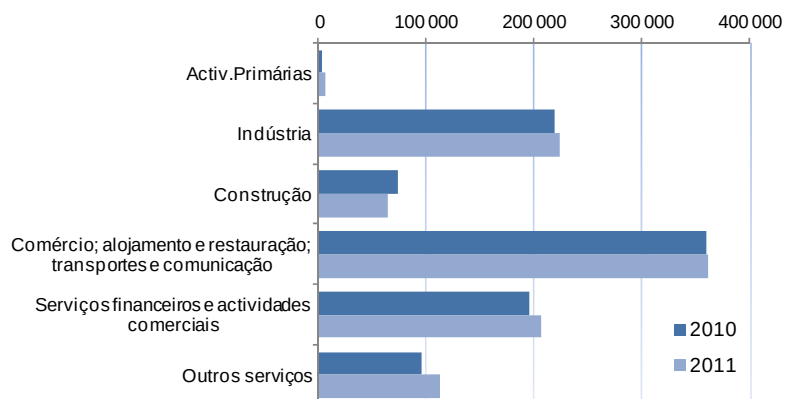
Quadros 9 – Atividade económica (secção CAE)

Pessoas ao serviço por atividade económica (CAE)	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
Atividades primárias (A)	53 062	1,9	52 695	1,9	-0,7
Indústrias (BCDE)	649 333	22,8	637 362	22,8	-1,8
Construção (F)	305 418	10,7	275 949	9,9	-9,6
Comércio, alojamento e restauração; transportes e comunicações (GHIJ)	983 604	34,6	969 371	34,6	-1,4
Serviços financeiros e atividades comerciais (KLMN)	475 959	16,7	472 726	16,9	-0,7
Outros serviços (OPQRSTU)	376 040	13,2	389 987	13,9	3,7
CAE desconhecida	0	0,0	0	0,0	0,0
Total	2 843 416	100,0	2 798 090	100,0	-1,6

Participantes em formação por atividade económica (CAE)	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
Atividades primárias (A)	4 816	0,5	6 914	0,7	43,6
Indústrias (BCDE)	219 254	22,9	223 697	22,8	2,0
Construção (F)	74 067	7,7	65 595	6,7	-11,4
Comércio, alojamento e restauração; transportes e comunicações (GHIJ)	359 788	37,5	362 143	36,9	0,7
Serviços financeiros e atividades comerciais (KLMN)	196 124	20,5	206 642	21,1	5,4
Outros serviços (OPQRSTU)	95 838	10,0	112 754	11,5	17,7
CAE desconhecida	8 456	0,9	3 448	0,4	-59,2
Total	958 343	100,0	981 193	100,0	2,4

Pessoas ao Serviço (% participantes em formação)	2010 %	2011 %	diferença percentual
Activ.Primárias	9,1	13,1	4,0
Indústria	33,8	35,1	1,3
Construção	24,3	23,8	-0,5
Comércio; alojamento e restauração; transportes e comunicação	36,6	37,4	0,8
Serviços financeiros e actividades comerciais	41,2	43,7	2,5
Outros serviços	25,5	28,9	3,4
Total	33,7	35,1	1,4

Participantes em formação por atividade económica



Quadros 10 – Grupo profissional

Pessoas ao serviço por profissão (CPP)	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
1 - Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos	273 428	9,6	265 110	9,5	-3,0
2 - Especialistas das atividades intelectuais e científicas	267 703	9,4	269 158	9,6	0,5
3 - Técnicos e profissionais de nível intermédio	272 519	9,6	267 842	9,6	-1,7
4 - Pessoal administrativo	346 453	12,2	349 267	12,5	0,8
5 - Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	553 696	19,5	549 053	19,6	-0,8
6 - Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	32 624	1,1	31 333	1,1	-4,0
7 - Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	452 197	15,9	425 933	15,2	-5,8
8 - Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	296 124	10,4	289 071	10,3	-2,4
9 - Trabalhadores não qualificados	348 533	12,3	351 323	12,6	0,8
R - Outros trabalhadores sem profissão atribuída	139	0,0	0	0,0	-100,0
Total	2 843 416	100,0	2 798 090	100,0	-1,6

Pessoas ao serviço por profissão (CPP) e frequência de formação (%)	2010		2011	
	Com formação	Sem formação	Com formação	Sem formação
1 - Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos	18,6%	81,4%	19,7%	80,3%
2 - Especialistas das atividades intelectuais e científicas	41,5%	58,5%	43,2%	56,8%
3 - Técnicos e profissionais de nível intermédio	40,5%	59,5%	41,3%	58,7%
4 - Pessoal administrativo	34,5%	65,5%	38,6%	61,4%
5 - Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	31,4%	68,6%	32,1%	67,9%
6 - Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	11,0%	89,0%	12,4%	87,6%
7 - Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	22,8%	77,2%	24,1%	75,9%
8 - Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	30,6%	69,4%	32,7%	67,3%
9 - Trabalhadores não qualificados	21,1%	78,9%	23,0%	77,0%

Quadros 11 – Habilitação escolar

Participantes em formação por habilitação escolar	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
Até ao ensino básico	417 655	50,0	419 623	48,1	0,5
Ensino secundário e pós-secundário	231 994	27,8	247 968	28,4	6,9
Ensino superior	185 506	22,2	204 495	23,4	10,2
Total	835 155	100,0	872 086	100,0	4,4
Desconhecido	123 188		109 107		

Pessoas ao Serviço - por habilitação escolar	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
Até ao ensino básico	1 741 046	61,4	1 666 485	59,6	-4,3
Ensino secundário e pós-secundário	648 647	22,9	666 689	23,8	2,8
Ensino superior	444 270	15,7	462 523	16,5	4,1
Total	2 833 963	100,0	2 795 697	100,0	
Desconhecida	9 466		2 435		

Pessoas ao Serviço (% participantes em formação)	2010 %	2011 %	diferença percentual
Até ao ensino básico	24,0%	25,2%	1,2
Ensino secundário e pós-secundário	35,8%	37,2%	1,4
Ensino superior	41,8%	44,2%	2,5
Total	33,7%	35,1%	1,4

Quadros 12 – Grupo etário

Participantes em formação por grupo etário	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
Menos_18	828	0,1	457	0,1	-44,8
18_34	350 270	41,9	347 776	39,9	-0,7
35_44	255 459	30,5	276 662	31,7	8,3
45_64	226 791	27,1	243 415	27,9	7,3
65_Mais	3 273	0,4	3 776	0,4	15,4
Total	836 621	100,0	872 086	100,0	4,2
Desconhecido	121 722		109 107		

Pessoas ao serviço por grupo etário	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
Menos_18	3 533	0,1	2 292	0,1	-35,1
18_34	1 074 106	37,8	1 017 864	36,4	-5,2
35_44	840 257	29,6	847 928	30,3	0,9
45_64	892 925	31,5	899 346	32,1	0,7
65_Mais	28 126	1,0	30 702	1,1	9,2
Total	2 838 947	100,0	2 798 132	100,0	-1,4
Desconhecido	4 482		0		

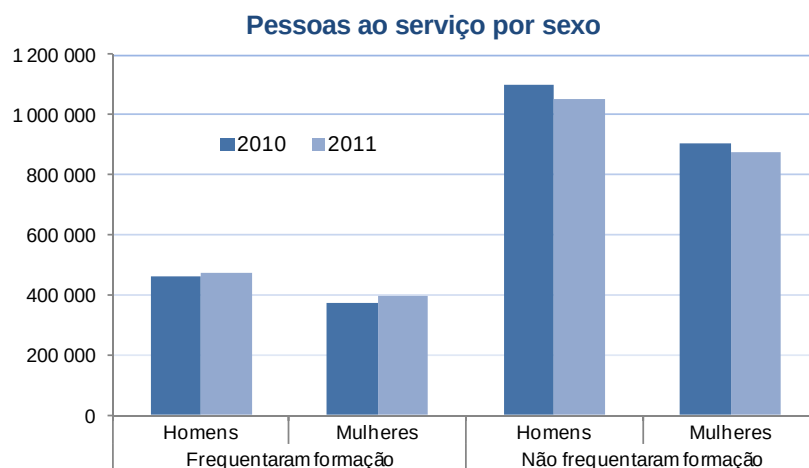
Pessoas ao Serviço (% participantes em formação)	2010 %	2011 %	diferença percentual
Menos_18	23,4%	19,9%	-3,5
18_34	32,6%	34,2%	1,6
35_44	30,4%	32,6%	2,2
45_64	25,4%	27,1%	1,7
65_mais	11,6%	12,3%	0,7
Total	33,7%	35,1%	1,4

Quadros 13 – Sexo

Pessoas ao Serviço - por sexo	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
Homens	1 566 271	55,1	1 526 742	54,6	-2,5
Mulheres	1 277 158	44,9	1 271 390	45,4	-0,5
Total	2 843 429	100,0	2 798 132	100,0	-1,6

Participantes em formação por sexo	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
Homens	463 642	55,4	475 238	54,5	2,5
Mulheres	373 347	44,6	396 848	45,5	6,3
Total	836 989	100,0	872 086	100,0	4,2
Desconhecido	121 354		109 107		

Pessoas ao Serviço - % de formandos por sexo	2010 %	2011 %	diferença percentual
Homens	29,6%	31,1%	1,5
Mulheres	29,2%	31,2%	2,0
Total	29,4%	31,2%	1,7



4.3 – Formação desenvolvida em 2010 e 2011

Quadros 14 – Situação das pessoas ao serviço por frequência de formação profissional

Pessoas ao Serviço - n.º frequências em formação	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
Frequentou formação profissional no ano de referência	2 326 825	69,6	2 438 208	66,7	4,8
Recebeu compensação monetária ou crédito de horas em substituição da frequência de formação profissional a que tinha direito	11 344	0,3	12 364	0,3	9,0
Em substituição da frequência a formação profissional usou as horas respectivas para frequência a aulas ou prestação de provas de avaliação, ao abrigo do regime de trabalhador – estudante, bem como no âmbito de processo de reconhecimento, validação e certificação de competências	10 302	0,3	9 152	0,3	-11,2
Outra situação (não frequência de formação profissional, nem nenhuma das situações descritas anteriormente)	996 048	29,8	1 197 951	32,8	20,3
Total	3 344 519	100,0	3 657 675	100,0	9,4

Quadro 15 – Período de referência

Frequências em formação profissional por período de referência	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
Frequentou formação profissional correspondente a direito adquirido no ano de referência	1 918 779	79,9	nd	nd	
Frequentou formação profissional por direito adquirido nos dois anos anteriores ao ano de referência	126 746	5,3	nd	nd	
Frequentou formação profissional por antecipação da aquisição do direito	138 013	5,8	nd	nd	
Outros motivos	216 515	9,0	nd	nd	
Total	2 400 053	100,0	0	0,0	

Quadro 16 – Iniciativa da formação

Frequências em formação profissional por iniciativa da formação	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
Da responsabilidade do empregador	2 041 473	87,7	2 057 493	84,4	0,8
Da iniciativa do trabalhador (ao abrigo do crédito de horas para formação contínua)	86 526	3,7	100 612	4,1	16,3
Da iniciativa da empresa utilizadora de mão-de-obra (empresas de trabalho temporário)	198 827	8,5	280 103	11,5	40,9
Total	2 326 826	100,0	2 438 208	100,0	4,8
Sem frequência de formação no ano	1 017 693	30,4	1 219 467	33,3	19,8

Quadro 16 – Entidade formadora

Frequências em formação profissional por entidade formadora	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
<i>Própria empresa</i>	1 468 250	63,1	1 535 674	63,0	4,6
<i>Centro de Emprego e/ou de Formação Profissional de Gestão Directa</i>	9 200	0,4	9 287	0,4	0,9
<i>Centro de formação Profissional de Gestão Participada (Centros Protocolares)</i>	15 690	0,7	13 951	0,6	-11,1
<i>Associações de Empregadores ou outras Associações Empresariais</i>	55 585	2,4	49 259	2,0	-11,4
<i>Associações sindicais ou Ordens Profissionais</i>	15 466	0,7	16 367	0,7	5,8
<i>Escolas/Universidades</i>	33 197	1,4	28 017	1,1	-15,6
<i>Empresas de Formação</i>	398 577	17,1	437 064	17,9	9,7
<i>Empresas privadas cuja atividade principal não é a formação</i>	198 589	8,5	222 126	9,1	11,9
<i>Outro tipo de entidades</i>	126 464	5,4	120 541	4,9	-4,7
<i>Desconhecida</i>	5 808	0,2	5 922	0,2	2,0
Total	2 326 826	100,0	2 438 208	100,0	4,8

Quadro 17 – Horário de formação

Frequências em formação profissional por tipo de horário da formação	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
<i>Laboral</i>	1 978 701	85,0	2 068 437	84,8	4,5
<i>Pós-laboral</i>	129 111	5,5	136 716	5,6	5,9
<i>Misto</i>	219 014	9,4	233 055	9,6	6,4
Total	2 326 826	100,0	2 438 208	100,0	4,8

Quadros 18 – Área de educação e formação

Frequências em formação profissional por área de educação e formação	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
<i>0 - Programas gerais</i>	175 950	7,6	175 530	7,2	-0,2
<i>1 - Educação</i>	15 515	0,7	15 975	0,7	3,0
<i>2 - Artes e Humanidades</i>	38 792	1,7	50 200	2,1	29,4
<i>3 - Ciências Sociais, Comércio e Direito</i>	775 061	33,3	895 033	36,7	15,5
<i>4 - Ciências, Matemática e Informática</i>	188 250	8,1	166 823	6,8	-11,4
<i>5 - Engenharia, Indústrias Transformadoras e construção</i>	219 841	9,4	247 520	10,2	12,6
<i>6 - Agricultura</i>	5 936	0,3	5 267	0,2	-11,3
<i>7 - Saúde e Proteção Social</i>	83 464	3,6	101 793	4,2	22,0
<i>8 - Serviços</i>	660 604	28,4	663 851	27,2	0,5
<i>9 - Desconhecido ou não especificado</i>	163 413	7,0	116 216	4,8	-28,9
Total	2 326 826	100,0	2 438 208	100,0	4,8

Quadro 19 – Modalidade de formação

Frequências em formação profissional por modalidade de formação	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
<i>Cursos profissionais</i>	64 896	2,8	68 349	2,8	5,3
<i>Cursos de aprendizagem</i>	31 509	1,4	33 261	1,4	5,6
<i>Cursos de educação e formação para jovens</i>	219	0,0	420	0,0	91,8
<i>Cursos de educação e formação para adultos</i>	24 831	1,1	18 606	0,8	-25,1
<i>Cursos de especialização tecnológica</i>	31 803	1,4	35 770	1,5	12,5
<i>Outras formações modulares inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações, no quadro da formação contínua</i>	61 896	2,7	61 970	2,5	0,1
<i>Formação-ação</i>	720 608	31,0	908 375	37,3	26,1
<i>Outras ações de formação contínua não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações</i>	1 331 111	57,2	1 279 813	52,5	-3,9
<i>Desconhecida</i>	59 953	2,6	31 644	1,3	-47,2
Total	2 326 826	100,0	2 438 208	100,0	4,8

Quadro 20 – Tipo de certificado/diploma

Frequências em formação profissional por tipo de certificado	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
<i>Diploma de qualificação</i>	48 604	2,1	18 951	0,8	-61,0
<i>Certificado de qualificação</i>	80 952	3,5	71 243	2,9	-12,0
<i>Certificado de formação profissional certificada</i>	520 500	22,4	546 496	22,4	5,0
<i>Certificado de formação profissional não certificada</i>	124 414	5,3	115 360	4,7	-7,3
<i>Sem certificado por reprovação</i>	4 292	0,2	10 049	0,4	134,1
<i>Certificado de frequência</i>	764 949	32,9	806 472	33,1	5,4
<i>Diploma de ensino superior</i>	58 968	2,5	61 595	2,5	4,5
<i>Não aplicável</i>	690 773	29,7	771 680	31,6	11,7
<i>Desconhecido</i>	33 374	1,4	36 362	1,5	9,0
Total	2 326 826	100,0	2 438 208	100,0	4,8

Quadro 21 – Nível de qualificação

Frequências em formação profissional por nível de qualificação	2010		2011		Evolução (%)
	n.º	%	n.º	%	
<i>Nível 1 - 2.º ciclo do ensino básico</i>	21 320	0,9	23 523	1,0	10,3
<i>Nível 2 - 3.º ciclo do ensino básico</i>	47 594	2,0	42 279	1,7	-11,2
<i>Nível 3 - ensino secundário para prosseguimento de estudos de nível superior</i>	127 100	5,5	78 401	3,2	-38,3
<i>Nível 4 - ensino secundário obtido por percursos de dupla certificação ou para prosseguimento de estudos e 6 meses de estágio profissional</i>	32 120	1,4	39 039	1,6	21,5
<i>Nível 5 - ensino ou formação pós-secundária não superior com créditos para prosseguimento de estudos de nível superior</i>	9 091	0,4	17 480	0,7	92,3
<i>Nível 6 - licenciatura</i>	1 612	0,1	1 449	0,1	-10,1
<i>Nível 7 - mestrado</i>	741	0,0	791	0,0	6,7
<i>Nível 8 - doutoramento</i>	208	0,0	217	0,0	4,3
<i>Sem atribuição de nível</i>	1 929 899	82,9	2 151 894	88,3	
<i>Nível desconhecido</i>	157 141	6,8	83 135	3,4	-47,1
Total	2 326 826	100,0	2 438 208	100,0	4,8